

JOELMA EVANY NASCIMENTO RAMOS

**A MUDANÇA DE PARADIGMA ECONÔMICO NOS ANOS 90
E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA FORMAL
DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: O CASO DO CEFET-
BAHIA**

**SALVADOR
2000**

JOELMA EVANY NASCIMENTO RAMOS

**A MUDANÇA DE PARADIGMA ECONÔMICO NOS ANOS 90
E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A ESTRUTURA FORMAL
DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE: O CASO DO CEFET-
BAHIA**

Monografia apresentada na conclusão do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Antônio Plínio Pires de Moura

Salvador

2000

AGRADECIMENTOS:

No decorrer da nossa vida, existem tarefas que têm a capacidade de nos confrontar com nossas próprias limitações, alcançando uma conotação que transcende o seu significado primário. Muito mais que um trabalho a ser feito, essas tarefas assumem um caráter de superação e de crescimento pessoal. Quantas vezes não nos deparamos com questionamentos diversos e precisamos daquele ouvido amigo, do olhar compreensivo, da paciência daqueles que, por alguma forma de amor, suportam todas as manifestações de nossa insegurança.

Esta página é pequena para citações nominais porque foram muitos os que amenizaram o meu caminho. Para que não seja ingrata e não incorra na deselegância de deixar de nomear algum deles, agradeço-lhes através do nome do Amor Maior: Jesus Cristo. Os meus amigos, desse e de outros planos, foram anjos que vieram a mim, em Seu nome.

Ao Professor Plínio, por sua paciente orientação.

Ao Professor Ian (UFRJ), cujo apoio afetuoso e bem-humorado deu-me coragem para enfrentar os meus receios e me impeliu a prosseguir.

À minha família, em especial à minha mãe e à D. Evane, com todo o meu amor.

RESUMO:

Diante das transformações latentes do paradigma econômico, com a conseqüente difusão de novas tecnologias e de novas práticas de organização e gestão de empresas, ocorreu um processo de redirecionamento das bases de concorrência nos mercados internacionais de produtos e de serviços.

No mundo do trabalho, as inovações tecnológicas e organizacionais produziram impactos no que se refere ao perfil de habilidades do trabalhador, o que revela do ponto de vista dos recursos humanos, uma necessidade de maior adequação da qualificação.

A reforma do ensino é mais uma das reformas que estão sendo implementadas pelo Estado, tais como a reforma fiscal ou a reforma administrativa, por exemplo. A educação e a saúde deixaram de ser um serviço exclusivo do Estado, o que significa que quando o Estado é ofertante desses serviços tem como competidor o setor privado, cujo poder de resposta e de adaptação (flexibilidade) às exigências do mercado são bem maiores que o poder de reorganização do Estado.

Diante do contexto de transformações econômicas ocorridas a nível mundial inserimos o presente estudo, pretendendo:

- Discorrer sobre as transformações no mundo do trabalho e suas conseqüências sobre a oferta e demanda de mão de obra;
- Examinar os impactos destas mudanças na formação técnico-profissional com a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases.
- Abordar a adequação dos sistemas de formação técnico-profissional formal para a indústria baiana, numa análise a partir da experiência nos Cursos Técnicos de nível médio ministrados pelo CEFET-BA.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	A MUDANÇA DE PARADIGMA PRODUTIVO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	10
2.1	AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.....	14
2.1.1	Terceirização.....	15
2.2	O CASO BRASILEIRO.....	18
2.3	RECESSÃO MUNDIAL E DESEMPREGO.....	19
3	A EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL.....	22
3.1	A LEI DE DIRETRIZES E BASES.....	26
3.2	O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA LDB.....	30
4	AS ESTRUTURAS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE.....	43
4.1	A ESTRUTURA NÃO-FORMAL	43
4.1.1	O SENAC.....	43
4.1.2	O SENAI.....	47
4.1.3	O SEBRAE.....	49
4.1.4	O SENAR.....	52
4.1.5	O SENAT.....	53
4.2	A ESTRUTURA FORMAL DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE.....	54
4.2.1	Escolas Agrotécnicas Federais.....	54
4.2.2	Escolas Técnicas Federais.....	55
4.2.3	Centros Federais de Educação Tecnológica.....	57
5	O ESPAÇO DO CEFET-BA NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE ESTADUAL.....	61
5.1	CURSOS DO CEFET-BA.....	62
5.1.1	Cursos técnicos.....	62
5.1.2	Cursos de graduação	64

5.2	RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO	64
6	AS MODIFICAÇÕES OCORRIDAS NO PERFIL PRODUTIVO BAIANO E AS REPERCUSSÕES NO CEFET-BA.....	68
6.1	PANORAMA DA ECONOMIA BAIANA – UMA VISÃO DOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS.....	69
6.2	O CEFET-BA E SUA REESTRUTURAÇÃO PARA ADEQUAR-SE À NOVA REALIDADE.....	76
6.2.1	As dificuldades enfrentadas pela Instituição.....	79
7	CONCLUSÕES.....	85
	REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Pretende-se, neste trabalho, fazer uma abordagem sobre o ensino técnico ministrado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, frente às mudanças que se instalaram no sistema produtivo e as transformações e oportunidades que se processam na economia baiana, numa análise a partir de suas experiências enfocando os cursos técnicos de nível médio.

O assunto não é novo, mas a discussão a respeito do ensino profissionalizante se mantém. Com a edição da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) e o Decreto 2208/97, a polêmica se renova, na discussão de que rumos serão os mais adequados para ajustar esse ensino às condições sociais da clientela e às exigências do mercado, sob a égide da mudança do paradigma econômico consolidada a partir dos anos 90.

A formação profissional deve ser vista como condição para o desenvolvimento do indivíduo, constituindo-se em direito fundamental e necessidade básica que deve estar ao alcance de todos. Seu conceito extrapola uma conotação de caráter eminentemente econômico, mas a formação profissional é por este permeada, à proporção em que passa a estar inserida num contexto mais amplo de ações, tendo em vista a situação econômica.

O desafio atual da formação profissional enfoca a necessidade de harmonizar solicitações de ordem econômica e imposições de ordem social mais ampla, de forma a atender às necessidades da população. Para que se possa realizar tal objetivo, é preciso que se estude os movimentos de oferta e demanda de mão-de-obra e formação profissional no mercado de trabalho.

A formação profissional é ministrada no Brasil por instituições como o SENAI, o SENAC, o SENAT, o SENAR e o SEBRAE, além do MEC e sua estrutura de escolas técnicas, agrotécnicas e os centros tecnológicos. O Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, implementa nacionalmente cursos e treinamentos em parcerias com instituições estaduais.

A questão dos recursos humanos no Brasil é marcada pela falta de vinculação entre o desenvolvimento econômico e a educação escolar. Apesar da pretendida articulação entre os níveis, séries e conteúdos, a estrutura do sistema educacional foi marcada pelo dualismo, com a existência de redes e percursos diferenciados para a qualificação,

prevalecendo o ensino acadêmico, de formação geral, e o ensino voltado apenas para a formação profissional, destinado às camadas menos favorecidas da população.

Deste modo, a educação se desenvolveu estruturada em dois eixos fundamentais: o sistema regular de educação, inicialmente dividido em ramos distintos, acadêmico e técnico-profissional, e um outro sistema, de formação profissional, para o atendimento da demanda das empresas por trabalhadores qualificados.

O sistema de educação geral caracterizou-se pela alta seletividade mas também pelo distanciamento dos problemas gerais da educação.

Os anos sessenta foram caracterizados pela manutenção das taxas de analfabetismo, pela evasão no 1º grau, pela elitização do ensino médio e superior, o que significa que a maioria da população que procurou o mercado de trabalho não possuía qualificação prévia.

A reforma educacional implementada nos anos setenta ampliou bastante a rede de educação geral, mas baseou-se num ensino de educação geral que se mostrava cada vez menos eficiente, de forma que a melhoria registrada no perfil de escolaridade da população como um todo foi mínima.

As inovações que caracterizam a 3ª Revolução Industrial exigem uma qualificação profissional que não abstrai os conhecimentos específicos de uma “família” ocupacional de conhecimentos, adquirida através dos conteúdos programáticos típicos da escola regular de 1º e 2º graus (Fogaça, 1995).

Os elementos que compõem o novo paradigma tecnológico, no que tange à qualidade e a produtividade, conduzem necessariamente a um tratamento sistêmico da questão da reestruturação produtiva, envolvendo os vários aspectos da vida nacional, e, especificamente, uma concentração de esforços no sentido de elevação do nível de escolaridade média da população brasileira, uma vez que, desta forma, estará garantida a obtenção de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da economia.

Em termos qualitativos, a rede de escolas federais oferece um ensino de boa qualidade. Comparada às escolas estaduais ou particulares de ensino médio, a diferença é acentuada. Uma análise crítica do custo anual do aluno é da ordem de 1.700 dólares nas escolas federais. Nas escolas estaduais a média é de apenas 250 dólares, enquanto que no SENAI atinge 1.800 dólares por ano, o que explica o fato de o SENAI ser hoje o competidor mais próximo das escolas técnicas.

Considerando então as mudanças de ordem econômica, como a globalização e abertura de mercados, o estabelecimento da qualidade como modelo de gestão, a informatização e mecanização do processo produtivo e a rápida transformação tecnológica, será que o ensino ministrado nos cursos técnicos do CEFET-BA atende a essas mudanças? O mercado absorve a mão-de-obra formada? Tendo em vista a Lei de Diretrizes e Bases, até que ponto haveria uma dicotomia na ação do governo?

Essas questões serão discutidas nesse trabalho.

O Capítulo 2 versa sobre a mudança do paradigma produtivo e os seus impactos sobre o mundo do trabalho, enfatizando o caso brasileiro.

No Capítulo 3 aborda-se o ensino profissionalizante no Brasil, perfazendo o caminho da evolução do ensino profissionalizante desde 1930 à edição da Lei 9394/96, em 20/12/96.

No Capítulo 4, traça-se o perfil da estrutura do ensino profissionalizante no Brasil, em seus aspectos formais e não-formais.

No Capítulo 5 apresenta-se o CEFET-BA, destacando a sua estrutura e suas atividades.

O Capítulo 6 delinea as modificações ocorridas no perfil produtivo baiano enumerando as principais ocorrências que alteraram o comportamento da economia baiana e a atuação do CEFET dentro desse contexto de transformações.

2 A MUDANÇA DO PARADIGMA PRODUTIVO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO.

Define-se paradigma como a visão de mundo que organiza de maneira consistente os postulados do conhecimento, conferindo limites que se pode alcançar.

Do ponto de vista da teoria econômica, pode-se afirmar que um paradigma lhe é subjacente; assim, por exemplo, no mercantilismo preconizava-se a idéia de que a riqueza de um país era medida pela quantidade de metais preciosos retidos em suas fronteiras. O comércio exterior, sob essa visão, seria uma conta de saldo zero, pois o superávit de ouro de uns significaria necessariamente o déficit de outros.

Contudo, evolui a sociedade mercantilista. Novas relações sociais surgem, principalmente com o fortalecimento da burguesia e com a estruturação das monarquias nacionais. A acumulação de capitais, agora já consolidada, caminhava a passos largos para a organização da produção sob as bases capitalistas.

Diante da eclosão da nova organização sócio-econômica, o paradigma mercantilista é substituído pelo paradigma clássico, onde a riqueza, em linhas gerais, é originária da produtividade do trabalho.

O capitalismo é uma máquina de gerar progresso técnico e o seu efeito crucial é a difusão, o que não vem a significar, necessariamente, distribuição deste progresso.

Na esteira desse processo de difusão tecnológica é que se engendram as bases para as grandes mudanças nos paradigmas econômicos à medida que o conhecimento humano obtém o controle de tecnologias as mais diversas, e que perspassam o controle dos recursos naturais, de fontes de energia, de matérias-primas. Assim, ciclicamente, delineia-se um novo arcabouço produtivo ao tempo em que, paralelamente, mudam também as relações sociais num processo dinâmico de rearranjos institucionais e organizacionais.

Com o esgotamento do paradigma da 2ª revolução industrial, lá pelo final dos anos sessenta, as grandes empresas mundiais defrontaram-se com o dilema da queda da produtividade, a pressão sindical por salários, a queda do consumo emulativo, razões que lançaram as empresas na busca de novos mercados, novos bens e novas tecnologias.

Assim, aquelas empresas caminharam em duas frentes de ação:

1. Na busca de novas bases tecnológicas e,

2. na ampliação dos mercados levando para os países subdesenvolvidos o arcabouço institucional e tecnológico da 2ª revolução industrial.

Criam-se, então, nos países do 1º mundo, as condições para deflagração da 3ª revolução industrial caracterizada pelo advento da informática, da ampliação das comunicações, pelo fortalecimento do complexo eletrônico, e da desregulamentação financeira, manifestada em três frentes: tecnológica, gerencial, institucional.

As **inovações tecnológicas** no fim do século XX se processaram mais rápido do que em qualquer outro período. As dez áreas que mais impactos produziram num período relativamente curto de tempo foram:

1. Célula combustível à base de hidrogênio, que pode ser utilizada em veículos automotores, acionados a partir da energia liberada quando o hidrogênio e o oxigênio se combinassem, gerando a eletricidade, calor e vapor d'água.
2. Supercondutores de eletricidade, que têm capacidade de transportar energia elétrica sem perdas ao contrário dos condutores convencionais de hoje em dia.
3. Engenharia genética, que vem sendo utilizada com aplicações limitadas desde a década de 70. A previsão é que os impactos de sua utilização repercutam sobre a humanidade com a informática, nos dias de hoje.
4. Biônica, que hoje já fabrica órgãos artificiais para substituir partes do corpo humano, tais como as pernas, os braços e os olhos.
5. Telefone pessoal universal, aqui chamado de celular. Deverá se generalizar e reduzir suas dimensões a ponto de possibilitar colocá-lo até mesmo na gola de uma camisa.
6. Computadores ativados pela voz, em desenvolvimento pelas principais empresas de informática e em constante evolução.
7. Nanotecnologia, que nasceu com o microscópio eletrônico desenvolvido pelos pesquisadores da IBM, no final da década de oitenta para estudar as funções dos átomos. Este microscópio eletrônico permite lidar com minúsculos blocos de matéria, um de cada vez, e movê-los.
8. Ótica-eletrônica, que será utilizada na fabricação de novos computadores, visando superar as restrições impostas pela tecnologia atual.

9. Realidade virtual, que significa criar um ambiente artificial tão perfeito que não poderá distingui-lo do real. Um exemplo seria o treinamento de pilotos de aeronaves. Na atualidade, já se pode gerar imagens tridimensionais dentro de um paciente possibilitando aos médicos percorrerem o seu corpo para descobrirem possíveis tumores.
10. Novos materiais, que contribuíram decisivamente para que muito da moderna tecnologia passasse a existir. Sem as ligas de titânio e aço e compostos de grafite e epóxi, não haveria jatos supersônicos de alta performance; sem o silício, os computadores seriam do tamanho de casas; sem plásticos, um grande número de produtos manufaturados seriam mais pesados, menos duráveis e mais caros. O mais excitante de tudo, é a perspectiva de que os cientistas descubram os segredos de materiais biológicos. Teias de aranhas – flexíveis e cinco vezes mais fortes, grama por grama, do que o aço – estão sendo analisadas em laboratórios das Universidades de Washington e Wyoming. Coberturas de moluscos, pouco espessas e muito fortes, estão criando as condições para que os engenheiros de Princeton projetem estruturas artificiais com semelhantes propriedades. Cientistas na Europa e no Japão estão descobrindo os novos meios para utilizarem as substâncias situadas na cobertura de aranhas e crustáceos na produção de bandagens, alimentos biodegradáveis e roupas.

A **inovação tecnológica** deflagrou um incremento da produtividade, desde que Taylor implementou suas técnicas, provocando um aumento de cerca de 50 vezes em todos os países avançados, sendo essa expansão a origem da elevação do padrão e da qualidade de vida nos países desenvolvidos.

Contudo, observa-se que os trabalhadores empenhados na produção e movimentação dos objetos, que há 40 anos constituíam a maioria em todos os países desenvolvidos, nos anos noventa eram 1/5 da força de trabalho e em 2010 serão menos que 1/10. “O aumento da produtividade dos trabalhadores manuais em manufatura, agricultura, mineração ou transportes não pode mais por si mesmo, criar riqueza. A revolução da produtividade transformou-se em vítima do seu próprio sucesso” (Alcoforado, 1997, p.3).

Na frente de transformações gerenciais, chamadas de **revolução gerencial**, também ocorreu um incremento de produtividade. De 1945 a 1990 a revolução gerencial

estendeu-se por todo o planeta, primeiro com as grandes empresas americanas e seu modelo de administração, e, mais tarde, com a entrada do Japão que assimilou e aperfeiçoou o modelo americano, irradiando para o mundo ocidental técnicas como QT (qualidade total), reengenharia, joint-ventures, e just-in-time, adequando as empresas às necessidades de enxugamento de quadro, minimização de custos, redução de estoques, com o objetivo de torná-las mais ágeis às demandas do mercado. Por outro lado, observou-se um movimento de fusões e aquisições, concentrando em grupos enormes massas de capitais, permitindo o aparecimento em cena dos chamados investidores institucionais (fundos de pensão, p.e.). O investidor institucional torna-se importante peça-chave da globalização financeira, que se beneficiou não apenas das mudanças tecnológicas, como também da desregulamentação dos mercados financeiros.

Para o futuro próximo, uma das conseqüências da revolução gerencial é delinear qual será o principal recurso econômico. Já não haverá tanto espaço para os recursos naturais, o capital ou a mão-de-obra, mas sim o conhecimento. O homem deverá adquirir o conhecimento e tornar-se criativo para aplicá-lo ao trabalho, tornando-se um recurso altamente qualificado e criativo.

A **revolução institucional** está intimamente ligada ao processo de globalização da economia, que começou a se delinear a partir do fim da Guerra Fria e a exaustão do modelo de crescimento industrial. Alavancada pela expansão das empresas multinacionais e pela liberação dos mercados financeiros, a globalização encontrou no avanço das telecomunicações e no desenvolvimento da informática e da eletrônica os grandes catalisadores que permitiram um fantástico poder de penetração nas sociedades ocidentais e orientais. O intercâmbio entre Europa, América do Norte e o Oriente capitaneado pelo Japão está acontecendo num ritmo sem precedentes. Nos centros urbanos do mundo desenvolvido, sinais de uma nova cultura internacional estão quase que por toda parte, intercambiando hábitos alimentares, música e moda que num novo estilo de vida internacional estabeleceu-se em centros como Osaka, Madri e Seattle.

O mundo está dividido em blocos econômicos, destacando-se para a realidade econômica brasileira quatro principais: a União Européia, o Bloco Asiático (bloco formal de produção), o NAFTA, liderado pelos Estados Unidos, e o Mercosul. A principal conseqüência da constituição de blocos econômicos é o fim da soberania dos Estados-Nações que vêm perdendo posição como centralizadores do poder, desde o fim da 2ª Guerra Mundial. Os Estados Nacionais partilham cada vez mais o exercício do

poder decisório econômico, pressionados pela interligação dos mercados financeiros e pela concentração da produção controlada por grandes grupos multinacionais.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Os anos setenta caracterizaram-se por um modelo de acumulação capitalista que, na expressão da revolução técnico-científica, condiciona a eficiência da produção de bens e serviços ao domínio dos conhecimentos que a sustentam.

Vivia-se a crise do modelo taylorista-fordista de produção que se caracteriza por uma forma de administração que legitima a separação entre concepção e execução. Nesse contexto, a enorme parcela dos trabalhadores dedicados à execução não necessitavam, para o eficiente desempenho de suas respectivas tarefas, qualquer conhecimento que extrapolasse a rotina dos atos para os quais estavam treinados.

A partir da década de setenta, relações de poder e política, econômicas e culturais, passam a experimentar mudanças expressivas. Transformações no campo da tecnologia e do processo de trabalho, redefinição das modalidades do regime de acumulação revelam radicais reorganizações na dinâmica social. Interessa perceber, por exemplo, que as alterações nos padrões de competitividade capitalista articulam-se a uma reorientação do mercado consumidor. Este passa a caracterizar-se pela instabilidade e diferenciação não mais passível de configurar uma demanda homogênea mas, ao contrário, variável em quantidade e qualidade.

Novas formas de consumo aliam-se às novas formas de concorrência. As empresas passam a buscar, ininterruptamente, novos padrões produtivos em decorrência da necessidade de inserção competitiva num mercado extremamente heterogêneo onde qualidade e produtividade são fatores de competitividade.

As mudanças tecnológicas respondem à exigência de qualidade em face do novo contexto econômico. Evidentemente, é a lógica capitalista – fenômeno universal – que demanda e estimula a passagem do antigo modelo taylorista-fordista para o denominado paradigma de produção flexível.

O novo regime de acumulação capitalista reivindica mudanças na filosofia organizativa e administrativa como condição de sobrevivência empresarial. Entre as alternativas para fazer face às novas exigências, destacam-se os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ); a abordagem Just in Time, ou eliminação de estoques; as “ilhas de produção”,

baseadas no trabalho cooperativo em detrimento das linhas de montagem tradicionais; os grupos semiautônomos com capacidade relativa de autogerenciamento.

A produção flexível, ao reunificar tarefas - antes parceladas - numa única máquina, convive com o enfraquecimento da divisão técnica do trabalho. A base científica comum dos equipamentos utilizados é um “instrumento” de trabalho que, como tal, não deve ser inacessível ao trabalhador. Constatamos nesse sentido a necessidade inexistente no paradigma anterior de fusão entre teoria e prática. Precisamente esta capacidade de generalização requerida do trabalhador é, ela mesma, condição de garantia de produtividade.

A atual revolução tecnológica, distintamente da primeira revolução industrial que teve o mérito de substituir a força física do homem pela energia mecânica, caracteriza-se por ampliar a capacidade intelectual humana na produção. A nova forma de organização exigirá do trabalhador qualidades de natureza não apenas operacional como também conceitual.

2.1.1 Terceirização

A integração com a contemporaneidade do mundo implica maior desenvolvimento e apropriação da ciência e tecnologia enquanto principais instrumentos da dinâmica do sistema produtivo.

A dinâmica do desenvolvimento técnico organizacional, verificada no setor produtivo de bens, há de se fazer presente no setor de produção de serviços dada à interpenetração crescente dos setores. Observa-se uma crescente integração entre indústria e serviços à medida que se expandem as atividades terciárias no interior de empresas industriais – fenômeno da terceirização. Trata-se do crescimento daquelas atividades realizadas no bojo e como parte das organizações produtivas. Tais atividades têm uma função de “acompanhamento” do processo de produção, abrangendo o nível técnico-gerencial, direção, administração de pessoal, manutenção, estoque, reparos, limpeza, vigilância. Ainda que as empresas estejam, tendencialmente, concentrando-se em sua atividade-fim, delegando a terceiros – terceirização – a gerência e execução das atividades de “acompanhamento”, não há como negar a crescente vinculação dos diferentes processos de trabalho. Nesse sentido, Machado (1982) afirma que a divisão entre os setores da economia tende a se diluir.

Tal como no setor industrial, ocorre um processo de reorientação nos cargos e ocupações (do setor terciário). Aqueles que executam trabalhos com alto grau de componente técnico, que podem ser padronizados e codificados, os mais repetitivos e monótonos, são mais facilmente automatizáveis e desaparecem, enquanto outros surgem ou mudam, tendo seu conteúdo esvaziado ou enriquecido.

Em que pesem os novos requisitos de qualificação, importa salientar a especificidade das atividades de serviços. Dada sua natureza, essas atividades já se caracterizavam pelo maior espaço de manobra por parte de seus empregados, ao mesmo tempo em que requeriam dos mesmos, respostas a situações específicas. A estandarização completa nunca foi benéfica num contexto de relações mais ou menos indefinidas, onde cada caso deve ser decidido através de interpretações nem sempre previsíveis. Em se tratando de serviços, completa Offe (1991):

“Por sua própria natureza a produção de serviços é menos suscetível à racionalização do que à produção de bens (...) se aceitamos que a industrialização levou a uma despersonalização do trabalho, então a expansão dos serviços proporciona a oportunidade de inverter essa tendência, pois o contato direto com o cliente para quem o serviço é realizado, assim como a necessidade de atender às demandas individuais do cliente, são características muito mais comuns nas indústrias de serviços do que em outros setores da economia.”

De qualquer modo, a economia como um todo vem reivindicando, no atual contexto, mudanças até então inéditas no perfil do trabalhador. Características tais como capacidade de raciocínio abstrato, de autogerenciamento, de assimilação de novas informações; compreensão das bases gerais, tecno-científicas, sociais e econômicas da produção em seu conjunto; a aquisição de habilidades de natureza conceitual e operacional; o domínio das atividades específicas e conexas; a flexibilidade intelectual no trato de situações cambiantes tornam-se requisitos do novo profissional.

A qualificação para o posto de trabalho, traduzida no treinamento restrito às tarefas exigidas em uma dada ocupação, deve ser revista em face da realidade que se configura, a qual exige do funcionário, veterano ou novato, uma noção ampla de como opera a sua empresa, do mercado onde trabalha, do que pensa o consumidor final sobre o produto que está comprando. Verifica-se que a qualidade intelectual mais valorizada nas novas

organizações empresariais é a capacidade de entender e se comunicar com o mundo que está a sua volta.

O conceito de qualificação, reavaliado, supõe sua compreensão como fluxo de conhecimentos e habilidades que embasam práticas de trabalho. A par dos fundamentos de sua práxis profissional, torna-se o trabalhador mais apto a interagir com as freqüentes mudanças técnicas, uma vez dotado dos subsídios de um agir mais crítico e criativo.

É certo que a mera adoção de tecnologia não supõe uma nova gestão empresarial. A revisão, entretanto, dos perfis empresariais – a partir da incorporação das tecnologias inovadoras – torna-se pré-requisito de fortalecimento do chamado potencial competitivo a ser assegurado pela qualidade do produto que supõe a qualidade do processo.

A incorporação das tecnologias pode se dar numa visão antropocêntrica ou numa perspectiva tecnocêntrica. A primeira implica o esfacelamento da estrutura básica do processo produtivo taylorista-fordista, ou seja, a superação do parcelamento das ocupações em tarefas. Numa perspectiva tecnocêntrica, ao contrário, a introdução das inovações tecnológicas não traz consigo alterações na organização do trabalho. A perspectiva tecnocêntrica, portanto, supõe a implementação de avanços tecnológicos sem modificar o padrão de trabalho e sem incentivar o investimento na ampliação da base educacional e no aprendizado continuado. Conforme enfatiza Deluiz, disto resulta a expansão do controle técnico sobre o conteúdo e o ritmo do trabalho. Não são, contudo, as empresas que optam por negar autonomia aos trabalhadores na condução do processo de trabalho aquelas que exibem maior produtividade e, conseqüentemente, um maior potencial competitivo. Importa reafirmar a mudança das regras do jogo no panorama econômico mundial. Nesta alteração, o perfil do profissional recrutado tende, igualmente, a modificar-se.

Nesse sentido, não é a tecnologia – conjunto de conhecimentos disponíveis para fundamentar a prática – que irá determinar maior ou menor qualificação do profissional, mas sim o modo como ela é apropriada pelas empresas. É a forma como o trabalho é organizado para absorver as novas tecnologias que determinam a demanda por trabalhadores com capacidade de julgamento e iniciativa ou por trabalhadores envolvidos em atividades rotineiras, mecânicas ou destituídas de significado.

2.2 O CASO BRASILEIRO

Os países periféricos vivem, de forma mais conturbada, a racionalização econômica que se processa numa escala mundial. O Brasil, em especial, experimentou a introdução de novas tecnologias num contexto de crise econômica e transição política. Demanda interna contraída, necessidade de ampliação do mercado externo legitimam uma política econômica voltada para a exportação. Tal política trata de adequar a indústria nacional aos novos padrões internacionais de competitividade que compreendem a incorporação de tecnologia inovadora: condição de garantia de qualidade, precisão e flexibilidade de produção.

Importa ressaltar a especificidade da incorporação do novo modelo em nossa realidade. A introdução, assimilação e disseminação de tecnologias inovadoras não se dão de forma homogênea, em razão do caráter diferenciado do desenvolvimento econômico que inviabiliza a adoção das tecnologias por parte de muitas empresas, ou mesmo, admite esta adoção sem as adequadas mudanças na organização do trabalho.

Para o Brasil, é grande o desafio, vez que o *technological gap* do País em relação aos países desenvolvidos é bastante acentuado. Ainda mais acentuadas são as diferenças sócio-econômicas, resultado da história de subordinação do modelo econômico brasileiro desde os tempos do Brasil-Colônia.

Para uma corrente de analistas, no século XXI o Brasil corre o risco de repetir o acontecido no século XIX, tornando-se um retardatário da era pós-industrial em face das aceleradas modificações que estão sendo introduzidas na economia e na organização das sociedades pelas inovações científico-tecnológicas em curso.

A redução dos níveis de inflação, a elevação da taxa de investimento na economia e a conseqüente retomada do investimento serão tanto mais expressivos a proporção em que forem implementadas reformas estruturais profundas tais como a reforma agrária, industrial, tributária, educacional, do sistema financeiro e do aparelho do Estado no Brasil, entre outras. O conjunto dessas reformas deve ter por objetivo alcançar e manter a estabilização da economia, elevar o nível de emprego da população, reduzir as disparidades sociais e regionais de renda, ampliar o mercado interno de bens e serviços e promover o poder de competitividade do Brasil no mercado externo e interno.

Sem se tratar de um país desenvolvido, mas sim de um país cuja estrutura produtiva faz um enorme esforço para estar em vias de desenvolvimento, e considerando ainda a

existência de falhas estruturais sérias, em linhas gerais as conseqüências da globalização para o Brasil têm agravado ainda mais o quadro de disparidades sócio-econômicas. São estas:

1. desemprego, resultante da modernização dos setores produtivos, exigida para elevar seus níveis de produtividade e competitividade nos mercados interno e externo;
2. aprofundamento dos desequilíbrios econômicos regionais devido às vantagens competitivas existentes nas regiões Sudeste e Sul do Brasil pelo fato de possuírem maiores economias de aglomeração, melhor infra-estrutura e maior proximidade dos demais países do Mercosul;
3. perda de controle da economia nacional pelo governo federal devido à internacionalização das finanças e a forte penetração do capital estrangeiro;
4. transferência do poder decisório sobre investimentos e produção de amplos setores econômicos, especialmente os mais modernos, desnacionalizados com o processo de privatizações;
5. perda da soberania nacional com a subordinação do País às regras da OMC – Organização Mundial do Comércio, às decisões das empresas industriais e financeiras multinacionais e aos blocos econômicos dos quais o Brasil faz parte;
6. exclusão social de grande parte da população brasileira que ficará à margem dos frutos do progresso econômico e social.

Esta é uma época marcada pela vigência dos princípios democráticos, pelos fenômenos de descentralização, pela redefinição dos papéis dos atores sociais, inclusive no marco das relações trabalhistas, onde se difunde o investimento no diálogo. Tempo, portanto, mais do que propício à revitalização do “sujeito-cidadão” nos mais diversos fóruns, inclusive na Educação para o Trabalho.

2.3 – RECESSÃO MUNDIAL E DESEMPREGO

A partir da segunda metade dos anos oitenta, todos os indicadores das organizações de pesquisas internacionais detectaram um agravamento da recessão a nível internacional. As taxas de crescimento do PNB dos países membros da OCDE apresentaram uma média ponderada de 5,3% na década de 60-70, 3,5% na de 70-80 e nos primeiros anos

da década de oitenta, somente 2% com o alastramento das tendências recessivas ao Japão e a outros países do Extremo Oriente (Alcoforado,1997).

Considerando-se o comportamento dos países integrantes do Grupo dos Sete, G-7, formado pela Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Japão, verifica-se que os seguintes fatos podem ser apontados como causas comuns do aumento do desemprego nas décadas de setenta, oitenta e meados da década de noventa (Eatwell,1996):

- “o ritmo das mudanças tecnológicas, poupadoras de mão-de-obra;
- mudanças estruturais nas relações comerciais em escala mundial associadas à crescente mobilidade de capital;
- o rápido crescimento das exportações de produtos manufaturados do Terceiro Mundo, particularmente da China e da Bacia do Pacífico;
- alterações no ambiente financeiro internacional e as conseqüentes mudanças nas políticas macroeconômicas dos países do G-7, as quais, por sua vez, têm exercido impacto sobre o desempenho do crescimento nos países em desenvolvimento, notadamente através de uma reduzida taxa de expansão no comércio mundial e de baixos preços de commodities.”

Entre 1975 e 1984, os custos de pessoal no Japão dobraram enquanto o custo de instalar um robô havia sido reduzido em 40%.A elevação dos custos de pessoal associada à redução no custo do robô teria estimulado o seu emprego em grande escala na indústria.

Um fato que se registra hoje com grande intensidade é o de que a concorrência no mercado mundial e, portanto, a necessidade de reduzir gastos com mão-de-obra, matérias-primas, energia e o capital estão impelindo as indústrias a procurarem dispositivos e processo para racionalização e automação cada vez maiores. A agricultura e o setor de serviços estão seguindo os mesmos passos da indústria, como bem demonstraram a mecanização da produção agrícola e a automação dos bancos e dos escritórios no mundo inteiro.

Com o advento de novas tecnologias – microcomputadores, inteligência artificial, fibras óticas, satélites e robótica – grande parte do trabalho tradicional vai sendo transferido para as máquinas.

O maior desafio do futuro não será apenas o desemprego, mas algo muito mais grave, que é a perda da função social da grande maioria dos profissionais especializados, devido à automação de funções profissionais. A perda da função é muito mais grave porque determinadas funções profissionais não mais serão executadas pelo homem, mas sim pelo robô ou computador. Neste caso, o profissional que adquiriu uma especialidade durante muitos anos pode, do dia para a noite, perder a função profissional e social com os conhecimentos que obteve no passado.

Não só muitas especializações artesanais foram automatizadas. As novas habilidades que tomaram seu lugar estão se tornando obsoletas num ritmo crescente. Quase todas as profissões ou capacidades profissionais são provisórias. As pessoas precisam adaptar-se a mudanças tecnológicas contínuas, estar preparadas para ser treinadas a fim de manter seu emprego ou aceitar um outro diferente e menos qualificado. A grande maioria será considerada dispensável quando tiver mais de 50 anos. Os empregos e posições sociais são essencialmente precários.

Estamos diante de uma verdadeira contradição. De um lado a revolução tecnológica está contribuindo eficazmente para criar muito mais riqueza, porém, simultaneamente, ao provocar a desocupação industrial, vem fracassando na distribuição da riqueza que cria.

Não se pode negar que nos encontramos diante de profundas transformações. O mais importante não é só que computadores, a robótica, estejam substituindo muitos trabalhadores em postos de trabalho concretos, mas que também estejam deslocando seu papel social global, pressionando para que eles deixem de ser o suporte fundamental dos sistemas produtivos, como agentes sociais básicos na realização do trabalho direto.

3 A EVOLUÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

Até 1930 predominava uma concepção de ensino elitista, voltada para as letras e humanidades.

Em 1909, a criação pelo presidente Nilo Peçanha de uma rede de escolas federais de aprendizes e artífices foi feita a partir de uma ótica paternalista, para atender aos desfavorecidos da sorte.

Nem mesmo com o apoio dos "positivistas" que eram defensores intransigentes do ensino técnico-profissional, os poucos esforços no sentido de dar ao ensino industrial um tratamento sistematizado, como a profissionalização obrigatória tentada pelo Deputado Fidélis Reis na década de vinte, foram em vão. Numa economia do tipo agrário-exportador, o nível educacional da população era muito baixo.

Com a ascensão de Vargas em trinta, começa uma nova era, onde "o Estado que nasce e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade."(Fausto, 1977, pp. 253 e 254) Na verdade, o projeto industrial do Governo Vargas prescindia de operários especializados e quadros técnicos intermediários.

À medida que a industrialização começa a se impor como uma necessidade e fortalece-se a fração de classe industrial, sua representatividade já se faz notar na Constituição de 1937, a qual já possui um artigo que estabelece a obrigação, por parte das empresas industriais e dos sindicatos de organizarem escolas de aprendizes. O ensino profissional era visto como o primeiro dever do Estado em matéria de educação, o que estava de acordo com a política do Estado Novo de promover o valor trabalho através da "construção do homem novo": brasileiro/cidadão/trabalhador.

Embasada numa inspiração taylorista-fordista, a industrialização do período apresentava as seguintes características:

- produção em série de bens padronizados, principalmente de consumo, onde a competição se dá via preços, tornando absolutamente fundamental os ganhos de produtividade provenientes de economias de escalas;
- a automação crescente na base de máquinas especializadas, com substancial diminuição da porosidade (linha de montagem, por exemplo), configurando um sistema de máquina cuja ativação é rígida e em grandes lotes padronizados;

- incorporação maciça de operadores semi-qualificados, adaptados aos postos de trabalho por métodos fordistas, extrema divisão de trabalho, tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas;
- necessidade de somente uma minoria de trabalhadores possuir conhecimentos e habilidades mais complexas (*craft/skill*), passíveis, também, de serem adquiridas no local de trabalho através da experiência ou por meio de sistemas específicos de formação profissional; e
- rígida separação entre o planejamento e a execução - qualificado ou não, o trabalhador direto não deve exercer nenhum poder de decisão ou julgamento. A pré-especificação de todas as tarefas manuais não dá margem a qualquer autonomia do trabalhador; e todo o conhecimento técnico, científico e organizacional é monopolizado pela gerência.

Nesse período, e diante dessas transformações, o resultado foi o aumento da produtividade, não somente pela abundância de mão de obra, mas também pelo aumento da taxa de lucro, criando, dessa forma, condições para crescentes reinversões de capital.

Esse quadro vai ser refletido nas reformas educacionais que despontam na década de quarenta, e nesse período são também criados o SENAI e o SENAC, além de promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, cujo objetivo era o de adequar a formação profissional às tendências de divisão do trabalho.

O impacto da Lei Orgânica sobre as escolas industriais produziu uma reforma profunda, passando a organizá-las em dois ciclos:

- o primeiro, orientado pela tendência da parcialização do processo de trabalho, que ofertava cursos básicos industriais, de mestria, cursos artesanais e de aprendizagem (sob a responsabilidade do SENAI e do SENAC);
- o segundo, constituiu-se na principal inovação da Lei, que equiparou o ensino industrial ao nível do ensino secundário, o que permitiria àqueles formados por essas escolas lograrem acesso ao nível superior, em suas áreas afins.

Contudo, um dos efeitos negativos da Lei Orgânica fez-se sentir na capacidade de acompanhar as mudanças na economia, devido à sua rigidez. Essa característica agravou-se ainda mais nas décadas seguintes, uma vez que os operários eram formados

segundo currículos elaborados em quarenta, quando a indústria brasileira dava seus primeiros passos.

Além da rigidez da Lei, a excessiva burocratização dos procedimentos engessava de tal forma o funcionamento daquelas escolas que era difícil cumprir o estabelecido, avaliava-se acompanhar mudanças; os procedimentos administrativos eram emanados pelo Ministro ou pelo Secretário de Educação do Estado; os diretores das escolas eram nomeados ou pelo Presidente ou pelo Governador, dependendo a que esfera do poder pertencessem. Os recursos financeiros eram alocados segundo itens de despesa bastante específicos, de difícil transferência. Não era incomum a sobra de recursos para o pagamento de "serviços de terceiros" simultaneamente à falta de dinheiro para a compra de matéria-prima. Somando-se a esses fatores, as elevadas taxas de evasão escolar e as reprovações inviabilizavam o funcionamento daqueles cursos, tornando-os caros e improdutivos.

Em 1959, então, ocorre uma nova reforma do ensino industrial, cuja repercussão foi positiva em termos de expansão de matrícula e adequação de oferta. Contudo, a vinculação das escolas federais industriais ao sistema formal de educação, foi sempre um fator limitador de suas ações, impedindo um maior ajuste à área empresarial. Por outro lado, se a equiparação dessas escolas às "secundárias acadêmicas" trouxe aspectos benéficos no que tange à "democratização da educação", afastou-a ainda mais da realidade do mercado do trabalho.

Do ponto de vista técnico-pedagógico a reforma de 1959 deu uma mexida no chamado "primeiro ciclo", mudando a sua finalidade. À antiga multiplicidade de cursos industriais básicos deu lugar a um curso único não-especializado, cujo objetivo era o de oferecer uma base de cultura geral, acompanhada de uma noção de vários ofícios o que permitiria a escolha posterior de uma futura profissão.

As mudanças introduzidas reforçaram o aspecto da formação geral, "substituindo a idéia de preparação imediata do artífice pela de uma formação em bases culturais mais largas e asseguradora de um encaminhamento menos circunscrito e precipitado no sentido de oportunidades de trabalho" (Amado,1973, p.69). A consequência imediata, foi que o curso industrial básico perdeu o seu caráter profissionalizante, e reforçou o conceito de que os cursos de aprendizagem, oferecidos pelo SENAI e SENAC, eram mais adequados à formação de operários qualificados.

Em 1961, no governo de Jânio Quadros, surgiriam os denominados ginásios industriais; porém, na opinião de Amado (1973, p.69) tratou-se de uma mudança nominal, com forte conotação psicológica, enfatizando a similitude do curso industrial básico com o ginásio secundário, visando atrair maior clientela, vez que a preferência da população pelos ginásios secundários era notória, haja visto o número de matriculados de cerca de 754.608 contra 20.832 alunos dos ginásios industriais.

Citando Kirshner, (1993, p.12):

"Quando a Lei de Diretrizes e Bases foi promulgada em 1961, muitas de suas inovações já haviam sido incorporadas, como a equivalência entre os diversos ramos do ensino médio e a legislação sobre cursos de aprendizagem em cooperação com empresas (SENAI), destinando-se aos menores de 14 a 18 anos, empregados em empresas, com duração de uma a três séries anuais de estudos" .

Na economia, são anos marcados pela forte intervenção do Estado que buscava construir a montagem da infra-estrutura industrial necessária à penetração do capital externo. Em consequência, a formação técnico-profissional também sofreria alterações, e em 1963, surgiriam os GOT's (ginásios orientados para o trabalho). Instituiu-se também o PIPMOI (Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra Industrial), e em 1964, criou-se o CIEE, Centro de Integração Empresa Escola, primeiro em São Paulo e paulatinamente disseminado por todo o País.

Com o Golpe Militar o caráter tecnicista da educação foi reforçado. Surgiram vários centros técnicos, como o Centro de Educação Técnica na Guanabara e em São Paulo (1964); Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG (1965); Centro de Educação Técnica do Nordeste - CETENE (1967); Centro de Educação Técnica da Amazônia - CETEAM (1968); Centro de Educação Técnica de Brasília - CETEB (1968); Centro de Educação Técnica da Bahia - CETEBA (1968); e a Fundação Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR (1969).

Em 1968, foi instituído pelo Ministério da Educação o PREMEM - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, com o objetivo de estender e dinamizar o ensino profissionalizante a diversas regiões; na prática, porém, o que ocorreu foi a criação de escolas técnicas que foram passadas para a jurisdição dos Estados, sem

condições reais de funcionamento e cuja transferência de manutenção nem sequer chegou a ser analisada e planejada. Legou porém a idéia da estadualização que é discutida até hoje.

Em 1969, com o surgimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paulo Souza que oferecia cursos superiores de curta duração (cursos tecnológicos) vai ser dada a largada para a criação dos cursos superiores de tecnologia em diversas universidades, com o aval do Ministério da Educação (1972). Mais tarde, a partir de 1978, o Ministério deu início à política de transformação das escolas técnicas federais em centros federais de educação tecnológica, oferecendo além dos cursos técnicos de 2º grau, os chamados cursos de tecnólogos.

Ainda sob o prisma tecnicista, em 1971 o governo promulga a Lei 5.692, que profissionalizou compulsoriamente o ensino de 2º grau. Com a reação dos educadores, após alguns anos de debates, o governo retirou o caráter compulsório da profissionalização. A reforma do ensino profissionalizante de 1971 fracassou, mas acrescenta-se que tentou induzir à profissionalização em regime de cooperação com as empresas, o que não foi possível em virtude do conservadorismo do setor educacional.

A partir daí, nova intervenção na legislação do ensino profissionalizante só seria realizada em 1996. Foram 25 anos até a publicação da Lei 9394/96, também denominada Lei de Diretrizes e Bases, ou Nova Lei de Diretrizes Bases.

3.1 - A LEI DE DIRETRIZES E BASES

A Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases - LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A educação profissional é ofertada com base no Decreto 2.208, de 17/04/97, que regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 e 42 da nova LDB.

Compreende 3 níveis:

- I- Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente de prévia escolaridade.

- II- Técnico: destinado a oferecer habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida pelo Decreto.
- III- Tecnológico: destinado a egressos do ensino médio e técnico, corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica.

A "inovação" instituída pelo Decreto refere-se à separação da educação geral e dos conteúdos da educação profissional na oferta de nível técnico. Objeto de discussões acaloradas, o objetivo dessa separação foi o de conferir ao ensino ministrado pelas escolas técnicas o caráter eminentemente profissionalizante, e não voltado ao "vestibular". Nos últimos anos, os exames de seleção para acesso às escolas técnicas foram se tornando gradativamente mais concorridos, refletindo a dificuldade da classe média em manter seus filhos matriculados no ensino médio em colégios particulares. Contudo, o objetivo desses alunos não era o de ingressar o mercado de trabalho, mas sim o de aproveitar a qualidade do ensino ministrado com o intuito de acessarem o ensino superior com mais facilidade que os alunos oriundos das Escolas Públicas Estaduais, por exemplo.

Em seu artigo 1º, diz que:

"Art. 1º) A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social."

Segundo comentários de Carneiro, a nova LDB "elastece a carga semântica da educação", ampliando o seu leque de ação, abrangendo a família, o trabalho, a escola, as organizações sociais, etc..., num processo contínuo e diversificado de formação do ser cidadão.

Por outro lado, enfatiza que do ponto de vista legal, a educação possui uma limitação em seu significado, quase sempre. No caso da LDB, a educação escolar é quase sempre desenvolvida em Instituições específicas tais como Creches, Escolas, Colégios, Institutos, Faculdades, Universidades, mas não exclusivamente.

Nesse ponto de comentários estabeleceremos um recorte, considerando a generalidade da Lei, e visando nos deter sobre os seus efeitos sobre a educação profissional. Assim é que em seus artigos 39 a 42, a Lei 9394 define as condições para a oferta e obtenção do curso técnico.

O artigo 39 estabelece que:

"Art. 39 - A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva",

garantindo em seu parágrafo único, a possibilidade de acesso a educação profissional ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto.

Este artigo reflete o grau do impacto das mudanças verificadas no mundo do trabalho. À proporção que os novos conhecimentos determinam o surgimento de novas tecnologias, imprimem para o mundo da educação no campo da formação profissional a necessidade também de transformações, num processo de permuta dialética. O novo trabalhador precisa desenvolver mais habilidades, dominando não apenas a técnica, mas aprendendo a desenvolvê-la, acrescentando seu raciocínio crítico e sua capacidade de abstração.

Critica-se as antigas orientações da educação profissional por estas se manterem à parte das políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico, das políticas sociais voltadas para o trabalho e para a geração de renda. Além disso, impunham-se em franca desarticulação com as empresas, ou seja, mantinham-se alienadas quando comparadas à realidade do chão de fábrica. Os profissionais da área da Educação sempre alertaram quanto ao engessamento da estrutura do ensino formal, cuja a agilidade às respostas do mercado revelavam uma estrutura burocratizada e inflexível. Por outro lado, o modelo de oferta de vagas anterior à LDB acentuava as desigualdades sociais devido a sua incapacidade em filtrar a multiplicidade sócio-econômico-cultural do País.

A oferta no Brasil é de cerca de 7 milhões de vagas (Carneiro, p.106), agregando-se aí toda a estrutura formal e não-formal do ensino profissionalizante. Considerando-se a PEA (População Economicamente Ativa), por volta de 74 milhões de pessoas, vemos que o país oferece vagas a menos de 10%, quando este número é de 20%, em países-modelo, sendo índice inferior até mesmo em relação a países da América Latina, como a Argentina e o Chile, por exemplo.

Em seu artigo 40, a LDB diz:

"Art. 40 - A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho".

Isso significa que, apesar das disciplinas de formação profissional ganharem uma autonomia curricular, o reconhecimento da educação profissional não poderá ser adquirido sem o concurso da educação regular. Deste modo, a educação profissional tanto poderá ser ofertada na escola, como no local de trabalho, desde que este seja reconhecido como espaço educativo, o que implica numa relação formal empresa/escola.

O artigo 41 estabelece que:

"Art. 41 - O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

§ Único - Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional.

O teor desse artigo pressupõe uma organização curricular em módulos, de forma a propiciar ao aluno o desenvolvimento de competências que lhe permitam atuar em seu trabalho de forma criativa. Reconhece o valor educativo do aprendido na escola ou no próprio ambiente de trabalho, abrangendo até mesmo saídas e entradas intermediárias. A certificação decorrerá de avaliação de conhecimentos adquiridos.

A exigência de um "padrão de qualidade" (artigo 3º, inciso IX da 9394/96) e da garantia do trânsito profissional são justificativas para a necessidade de registro dos diplomas de nível técnico, possibilitando a existência de uma base curricular que lhe sirva de referência qualitativa, bem como o exercício da profissão, nacionalmente.

Erroneamente, o parágrafo único deste artigo denomina o ensino técnico de ensino médio, alusão à antiga nomenclatura.

Diz o artigo 42 :

"Art. 42 - As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada à matrícula, à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade."

Rompendo com a centralização da oferta de cursos regulares, as escolas técnicas deverão oferecer uma programação especial de cursos alternativos destinados à comunidade. Para atender às exigências legais, essas escolas deverão desenvolver exames com o objetivo de mensurar o aproveitamento, sejam eles formais - aplicação de testes e provas, ou através de estudos de processo de assimilação, o que demandará boa preparação do corpo docente.

3.2 O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA LDB

A Constituição Federal (Art. 212, revisto pela Emenda Constitucional nº 14/96 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF) determina as fontes, os tipos e os percentuais de recursos indispensáveis para os serviços educacionais de responsabilidade do Estado, nos termos do Artigo 208.

Ressalte-se, porém, que os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, passam, a partir da 9394/96, a ser por ela operacionalizados, de acordo com a especificidade do que verse o seu conteúdo.

O título VII da Lei 9394/96, que trata dos recursos financeiros, é composto de 10 artigos, (68 a 77), analisados a seguir.

“Art. 68 Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I. receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;*
- II. receita de transferências constitucionais e outras transferências;*
- III. receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;*
- IV. receita de incentivos fiscais;*
- V. outros recursos previstos em lei.*

Segundo Carneiro (1997, p. 139), as fontes de recursos para a educação pertencem a 4 tipos: a constitucional ampla (receita de impostos), a constitucional restrita (recursos vinculados, do tipo salário-educação, cotas federal e estadual), a constitucional compensatória (incentivos fiscais) e as fontes alternativas (recursos diversos previstos em lei).

A **constitucional ampla** é aquela originária dos tributos arrecadados por cada uma das esferas da administração pública: a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

A **constitucional restrita**, que é vinculada ao salário-educação, contribuição social criada em 1964 para “suplementar as despesas públicas com a educação elementar”. A princípio destinado ao combate do analfabetismo, o salário-educação continuou mantido pela última Constituição como fonte de financiamento da educação. É originado do desconto de 2,5% da folha de pagamento dos empregados, ficando 1% com o INSS, órgão encarregado de arrecadar os recursos.

Todo o salário-educação é transferido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), proporcionalmente ao arrecadado em cada Estado, Município, Distrito Federal, através de transferência aos respectivos Fundos. As cotas são distribuídas da seguinte forma:

1. Cota Federal: 1/3 do total de recursos, repassados ao FNDE, é aplicado no financiamento de programas e projeto para universalização do ensino fundamental.

2. Cota Estadual do Salário-Educação, disposta no Art. 15, § 1º, inciso II da Lei 9424/96, que prevê a redistribuição entre o Estado e seus respectivos municípios de acordo com o estabelecido em lei estadual, levando em consideração o nº de alunos matriculados no ensino fundamental de suas redes de ensino, p. e., além de outros referenciais.

A **constituição compensatória** é constituída dos incentivos fiscais. Esses incentivos constituem-se em amortização de impostos (imposto de renda), ou isenção fiscal prevista em lei. No caso, as pessoas físicas ou jurídicas que financiarem programas escolares ou bolsas de estudo com recursos próprios, poderão deduzir essas despesas do imposto de renda a pagar.

As **fontes alternativas** são aquelas que têm a sua origem de legislações emergentes, por exemplo, a criação de impostos especiais para atender, em caráter emergencial e provisório, situações que necessitem do aporte de recursos adicionais.

“Art. 69 A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Lei Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transformações constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo a transferir;

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa prevista e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos

obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I. recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II. recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III. recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subsequente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos à correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Neste artigo o legislador teve a preocupação em quantificar os percentuais mínimos que as diferentes instâncias da administração pública estão obrigadas a destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino. Isso significa que, a depender do teor da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica Municipal, este percentual pode ser maior, como em São Paulo (30%), e Rio Grande do Sul, (35%).

Os parâmetros mínimos são estimados a partir da lei orçamentária anual; o orçamento é o cálculo da receita e da despesa, organizado pelo Poder Executivo e submetido ao Poder Legislativo, o que o reveste do caráter de lei.

Quando a arrecadação excede o previsto, calcula-se na base de três meses, os acréscimos a serem realizados. Também quando acontece uma queda na arrecadação, cujo resultado seja o não atendimento dos parâmetros mínimos obrigatórios deverão ser essas diferenças levantadas e corrigidas, trimestralmente.

Os recursos aqui tratados são colocados no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, cujas fontes são:

- Fundo de Participação do Estado (FPE) e Fundo de Participação do Município. Esses recursos constarão do orçamento da União, dos Estados e do Distrito Federal. O Ministério da Fazenda fará o crédito nas respectivas instâncias, em contas pertencentes ao Fundo, nos percentuais e prazos previstos. A União

divulgará mensalmente o total dos impostos arrecadados e adequadamente classificados para distribuição por via dos Fundos de Participação, bem como os valores a serem liberados e também a previsão destas três variáveis para os três meses seguintes ao da divulgação.

- Recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS. Também constarão do orçamento anual dos governos estaduais e do Distrito Federal. O repasse dar-se-á assim: i) O FPE receberá a parcela devida aos governos estaduais e ao governo do Distrito Federal; ii) O FPM receberá a parcela devida aos Municípios pelos Governos Estaduais.
- Recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados / IPI exportação. Esses recursos, no que concerne às parcelas devidas aos estados e municípios, serão transferidos pelos governos federal e estaduais para a conta específica do Fundo, conforme critérios e divulgação previstos.

Os prazos previstos no § 5º podem ser melhor visualizados na tabela abaixo:

Tabela 1 – Prazo de repasse dos recursos arrecadados pela União

Recursos arrecadados pela UNIÃO	Repasse aos Estados e Municípios
• Do dia 1º ao dia 10	• Até o dia 20
• Do dia 11 ao dia 20	• Até o dia 30
• Do dia 21 ao término do mês	• Até o dia 10

O não cumprimento dos prazos acima definidos acarretará as penalidades previstas no § 6º do artigo 69. Ressalte-se que essa sistemática de repasse de recursos representa um avanço em relação à legislações anteriores, em especial à Lei 5.692/71.

Art. 70 Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

- I. remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;*
- II. aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;*

- III. *uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;*
- IV. *levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;*
- V. *realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;*
- VI. *concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;*
- VII. *amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;*
- VIII. *aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.*

Neste artigo buscou-se definir uma questão bastante complexa: definir quais ações constituem a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Em nome da manutenção e do desenvolvimento do ensino foram debitados contas referentes às mais estapafúrdias justificativas, que iam desde a construção de linhas de eletrificação rural ao transporte da primeira-dama. Tais abusos ocorriam com mais freqüência no âmbito dos municípios. A partir da edição dos artigos 70 e 71, os quais devem ser analisados em conjunto, a Lei buscou traçar uma definição, criando condições para a efetiva atuação dos órgãos de fiscalização e controle, principalmente o Tribunal de Contas da União.

“Art. 71 Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

- I. *pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivadas fora do sistema de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento da sua qualidade ou à sua expansão;*
- II. *subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;*
- III. *formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;*
- IV. *programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;*

- V. *obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;*
- VI. *pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.*

A fim de não oferecer brechas que permitissem o imiscuir de ações relativas à manutenção e desenvolvimento da educação, o legislador buscou esclarecer a respeito daquilo que não pode ser considerado como áreas de investimento em educação, através dos recursos definidos para o ensino fundamental. Além disso, preocupou-se também em delimitar o alcance das despesas geradas por professores e profissionais da educação, vinculando-as somente à manutenção e desenvolvimento à educação, quando estejam exercendo suas atividades e não quando dedicados à outras tarefas.

Art. 72 As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do poder público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Com esse artigo busca-se o acompanhamento e fiscalização das despesas com educação, realizadas pelas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas, destacando-se a importância que a sociedade deve dedicar à correta aplicação dos recursos públicos. Deverá o Poder Público, em obediência ao disposto no Art. 165, § 3º da Constituição Federal, publicar até trinta dias do encerramento de cada bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária, cabendo ainda a exibição dos balanços contendo a receita e a despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo os órgãos fiscalizadores supracitados apurar os percentuais mínimos estabelecidos para aplicação pela União (18%), Estados, Distrito Federal e Municípios (25%).

Art. 73 Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no Art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Cabe aos órgãos de fiscalização, aí incluídos os Tribunais de Conta, a observância do cumprimento dos dispositivos constitucionais, já aqui relatados: i) a aplicação dos percentuais mínimos resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com a instância envolvida (18% ou 25%); ii) atendimento prioritário às necessidades do ensino obrigatório; iii) aplicação de, pelo menos, 60% dos recursos

para manutenção e desenvolvimento do ensino, para a eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental e remuneração condigna do magistério.

Além dos Tribunais de Conta, o FUNDEF recebe o acompanhamento dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, existentes a nível Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe ainda aos órgãos de controle interno dos Governos a mesma responsabilidade.

“Art. 74 A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo Único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.”

A fim de ser mantida a qualidade do ensino, há que se pensar num investimento mínimo necessário, por aluno. Esse investimento a ser realizado pelos poderes públicos é balizado pelo estabelecimento de um custo mínimo por aluno, a ser calculado pela União ao fim de cada ano. Além disso, à União, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios, foram atribuídas as condições básicas para a oferta de vagas no ensino fundamental.

A distribuição dos recursos financeiros que constituem o fundo obedecem aos seguintes critérios: i) o valor anual, por aluno, será fixado por ato do Presidente da República, com base em normas de natureza dupla: a previsão da receita total para o FUNDO e a matrícula do ano anterior, totalizada pelo MEC, através do mecanismo do Censo Educacional, publicado no Diário Oficial, anualmente; ii) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que discordem quanto à matrícula apurada, poderão recorrer ao MEC no prazo de trinta dias, a partir da publicação; iii) a União fará a complementação de recursos para o FUNDO, sempre que o repasse dos Estados, Distrito Federal e Municípios for inferior ao estabelecido por aluno. O custo anual por aluno é calculado dentro de um parâmetro nacional, o que significa que, regionalmente, pode haver distorções, possíveis de serem corrigidas a partir dessa complementariedade.

“Art. 75 A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá à fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerando o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do Art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.”

“A ação supletiva é de cunho quantitativo. Refere-se à dimensão de insuficiência de recursos. A ação redistributiva é de cunho qualitativo. Refere-se às dimensão das dissimetrias sociais”, diz Carneiro. Para o autor, este estabelece uma relação baseada no volume de recursos existentes para a manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como no esforço fiscal que cada instância faz para o adequado investimento com os recursos constitucionais de uso obrigatório em educação básica.

“Art. 76 A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.”

Este artigo vem para ratificar a ação indutora da União sobre Estados e Municípios, tendo em vista o reordenamento de critérios para uso dos recursos da educação.

“Art. 77 Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que:

- I. comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações, ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;*
- II. apliquem seus excedentes financeiros em educação;*
- III. assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;*
- IV. prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.*

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede local.

§ 2º as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.”

Vemos nesse artigo a preocupação do legislador em reforçar as disposições constitucionais de aplicação de recursos públicos para escolas públicas. As instituições privadas não são contempladas com esses recursos, excetuando-se aquelas que cumpram os requisitos legais de não lucratividade e submetam-se ao acompanhamento e controle do Poder Público.

Essas instituições são denominadas escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, e estão submetidas ao teor da Resolução nº 46, de 07 de julho de 1994, do Conselho Nacional de Assistência Social, que estabelece os critérios para a definição de entidades de fins filantrópicos.

Na Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que modifica os Arts. 34, 208 e, 211 e 212 da Constituição Federal, e dá nova redação ao Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, vamos encontrar o Art. 3º, que alterou o teor do disposto no Art. 211, introduzindo mais dois parágrafos:

“Art. 211

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio;

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”

Alguns pontos da LDB, relativos ao financiamento da educação foram objeto de discussões e críticas pelos setores ligados à educação.

Um deles, é o de que a Lei é omissa quanto a possibilidade de afastamento remunerado dos professores em atividade sindical, com mandato classista, bem como quanto à inclusão de aposentados e pensionistas nos percentuais vinculados.

Outra questão refere-se às formas de financiamento para a educação infantil, educação de jovens e adultos, ensino médio, educação especial e ensino superior, que após a edição da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que modificou os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal.

Questiona-se ainda que os recursos financeiros encontram-se por demais centralizados na União e nos Estados, apesar dos Municípios terem ampliado sua oferta no ensino fundamental e que a própria Emenda Constitucional, em seu artigo 3º, parágrafo 2º, enfatiza a ação prioritária a ser desempenhada pelos Municípios.

A LDB é omissa quanto ao financiamento da pós-graduação, comprometendo a devida interrelação entre ensino-pesquisa-extensão, a carreira docente e o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país, e foi severamente criticada pela comunidade da área da Educação pelo seu caráter autoritário.

Nessa linha de análise, os planos educacionais brasileiros não são o resultado de uma discussão democrática, mas sim o resultado ou de decisões ministeriais ou de comissões

especificamente constituídas para tal, ligadas ao Governo. Seriam planos caracterizados por programas ou projetos pontuais, setoriais, e com ênfase economicista.

Com a 9394/96, não teria ocorrido nada de diferente. Com um caráter enfaticamente economicista, a lei subordina-se a uma visão que considera inexorável a globalização e os profundos impactos deflagrados em seu bojo.

A crise que se instalou na educação brasileira durante décadas, procede de duas vertentes diferenciadas: uma, a exclusão social, que na educação se reflete por:

- altos índices de evasão e repetência;
- persistência do analfabetismo, seja medido em termos absolutos (20 milhões, segundo dados do IBGE), seja funcional;
- um dos mais baixos índices de matrícula no ensino médio (25% da população compreendida na faixa etária de 15-17 anos);
- falta de condições de trabalho dos profissionais;
- salários baixíssimos;

A outra fonte, decorre da incoerência histórica entre a ação e o discurso governamental. Reforça-se tal posição ao se observar o conjunto de políticas econômicas implementadas, que são vinculadas aos ditames veiculados na "cartilha" de orientações para os países em desenvolvimento do Banco Mundial, do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina).

A globalização e o avanço tecnológico também trouxeram o desemprego tecnológico, serviram para desarticular as relações formais de trabalho reforçando o sub-emprego e a informalidade.

Tal realidade pode ser melhor demonstrada através de alguns indicadores, como a parcela do PIB destinado à educação, por exemplo, reduzida para a América Latina de 4,5 % nos anos 80, para 3,7 % na década de 90, segundo dados da UNESCO.

No Brasil, a comparação de indicadores escolares brasileiros com indicadores de outros países com renda *per capita* equivalente revela que o analfabetismo brasileiro só é menor que o da África do Sul. No ensino médio, só a Venezuela consegue desempenho pior. O ensino superior ganha apenas da Malásia e da República de Maurício.

Tabela 2: Comparativo da situação escolar brasileira com a de países com renda per capita equivalente

PAÍSES	Analfabetismo 10-14 anos	Taxa de Engajamento Ensino Secundário (médio)	Taxa de Engajamento Ensino Superior
Chile	3,0	70	23,3
África do Sul	33,4	71	13,9
Maurício	8,4	54	2,1
Estônia	0,1	91	23,4
BRASIL	17,8	39	11,7
Malásia	15,0	60	7,3
Venezuela	4,7	34	29,5
Hungria	---	82	15,3
Uruguai	2,8	83	32,0

Fonte: Banco Mundial: Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1994.

UNESCO: *Statistical Yearbook*, 1994, in PNE-Novembro1999

A tabela 3 revela a dimensão da perda social decorrente da evasão e repetência.

Tabela 3- Taxas agregadas de repetência e evasão por grau de ensino, em percentuais. 1982-1992

INDICADORES	GRAUS E ANOS			
	1º GRAU (ENSINO FUNDAMENTAL)		2º GRAU (ENSINO MÉDIO)	
	1982	1992	1982	1992
Repetência	38	33	28	32
Evasão	07	05	08	06
Perda social	45	38	36	38

Fonte: IBGE: Anuário Estatístico do Brasil, 1996 in PNE, Novembro/97

4 AS ESTRUTURAS DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

O ensino profissionalizante é ofertado por diversas instituições, de natureza jurídica pública ou privada.

Na oferta privada, além de escolas particulares que ministram cursos reconhecidos pelo MEC, destacam-se os serviços prestados por instituições como o SENAC, SENAI, SENAT, SENAR e SEBRAE..

Considerando que a educação profissional está fortemente concentrada nessas Instituições, serão às suas filiais no nosso Estado que iremos apresentar.

4.1 A ESTRUTURA NÃO-FORMAL

4.1.1 O SENAC

Criado a 10 de janeiro de 1946, o SENAC (Serviço Nacional do Comércio) é uma instituição sem fins lucrativos, voltado à capacitação de trabalhadores da área de comércio e serviços, administrado pela Confederação Nacional do Comércio e mantido através das contribuições de empresários do setor, que contribuem com 1% do total da folha de pagamento das empresas. É filiado internacionalmente ao CINTERFOR (*Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional*), órgão da Organização Internacional do Trabalho – OIT, criado em 1963 e, desde então, estabelecido em Montevidéu, Uruguai. Atua como núcleo de um sistema constituído por instituições e organismos de formação profissional dos Estados Membros da OIT nas Américas e Espanha.

Além dos cursos ofertados, o SENAC oferece uma estrutura de serviços aos seus alunos como a Editora SENAC, que publica livros nas áreas de Administração e Marketing, Comunicação e Artes, Culinária e Gastronomia, Educação Ambiental e Cidadania, Educação: Teoria e Prática, Informática, Língua Portuguesa, Matemática, Moda e Beleza, Mundo do Trabalho, Saúde e Turismo, ligadas aos cursos ofertados pela Instituição.

Considerando as alterações no mercado de trabalho, que refletem as transformações do paradigma produtivo, o SENAC implantou uma proposta pedagógica que busca destacar as características do novo profissional: polivalência, flexibilidade, capacidade crítica e criativa de intervenção no processo produtivo.

Essa preocupação deflagrou uma revisão das ações de formação profissional desde 1993 e no II Encontro Nacional de Diretores de Formação Profissional, realizada no Rio de Janeiro em 1994 e foi aprovada uma proposta de Formação Profissional Polivalente. Trata-se de um documento, dividido em duas partes, onde se encontram, na parte primeira, as bases conceituais da proposta, e na segunda parte, caracterizam-se as ações institucionais.

O Modelo Pedagógico SENAC, no que tange às bases para a revisão das ações institucionais, busca uma análise dos caminhos da Instituição a fim de manter a qualidade, além de vislumbrar que, em decorrência dos efeitos das transformações tecnológicas e da nova ordem econômica mundial sobre o modelo de produção, o perfil exigido dos novos trabalhadores não pode perder de vista esses efeitos, o que significa um redirecionamento da formação profissional, imprimindo um caráter de polivalência.

Às diretrizes da Formação Profissional Polivalente constantes na base para revisão das ações institucionais, segue-se, a nível operacional, também uma densa revisão. Nesta Parte II apresenta-se o modelo de caracterização das ações do Senac, que redefine os serviços prestados pelo Sistema e lhes dá uma nova classificação, inclusive para fins de acompanhamento e controle da produção. Com isso as programações passam a se concentrar em dois grupos básicos de ações: um sob a denominação geral de Cursos de Formação Profissional, e outro identificado como Ações Extensivas à Formação Profissional.

Os Cursos de Formação Profissional compõem um grupo constituído pelo conjunto de programações planejadas em termos de currículo, conteúdos, metodologia e estratégias de avaliação.

Os cursos foram classificados a partir da natureza das programações, ou seja, a partir do objetivo geral de profissionalização pretendido pela ação formativa. Uma mesma natureza compreende tipos de cursos diferenciados de acordo com as necessidades e condições específicas da clientela, bem como a diferentes exigências de caráter legal. Os itens a seguir apresentam a caracterização dos diferentes tipos de cursos, classificados segundo sua natureza.

A natureza dos cursos pode ser de dois tipos ou grupos: capacitação e especialização.

A capacitação objetiva a preparação de pessoas para o exercício de uma profissão, possibilitando seu ingresso no mercado de trabalho. Já a especialização propicia novas

competências àqueles que já são profissionais e possuem formação ou experiência anteriores, interessados em ampliar seu horizonte profissional.

Os Cursos de Capacitação preparam para o exercício profissional por meio dos seguintes tipos de cursos: aprendizagem, qualificação, habilitação e graduação.

A aprendizagem realiza-se nos termos da legislação pertinente; os cursos de aprendizagem destinam-se a proporcionar formação profissional a menores empregados no setor terciário.

Os cursos de qualificação capacitam para o exercício de funções cuja formação não esteja sujeita à regulamentação legal e atendem uma clientela com escolaridade variável, determinada de acordo com as exigências das diferentes programações. Para aqueles trabalhadores cujos postos de trabalho foram suprimidos, existem programações de cursos destinados ao processo de reconversão, submetendo-os a uma nova capacitação que lhes faculte reingresso ao mercado de trabalho.

Os cursos de habilitação capacitam o profissional de nível médio, preparando técnicos com habilitação plena, ou auxiliares técnicos com habilitação parcial. Os cursos de habilitação são regulamentados pelo Conselho Federal de Educação (V. Parecer nº 45, de 12/01/72 e Resolução nº 2, de 27/01/72) e aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação, respeitado o disposto nos atos do CFE, para terem validade nacional. Quando regulamentados somente pelo Conselho Estadual de Educação terão validade apenas estadual.

A graduação atende às necessidades de uma Formação Profissional de nível superior, nas áreas de atuação específica da Instituição. A realização das programações depende de aprovação dos Conselhos de Educação e, em alguns casos, dos órgãos representativos das respectivas áreas profissionais.

Os Cursos de Especialização propiciam aos profissionais o domínio de novas competências, por meio de dois tipos de cursos: aperfeiçoamento e pós-graduação.

Os Cursos de Aperfeiçoamento correspondem a programações com características variadas - de complementação, atualização, aprofundamento, reforço, requalificação, etc.

Já a pós-graduação realiza-se em convênio com instituições de ensino superior, cumprindo as exigências legais pertinentes a este nível de ensino.

O Senac oferece cursos, em diversos níveis, inclusive pós-graduação, nas seguintes áreas profissionais:

1. Informática - As programações nessa área incluem cursos de Introdução a Processamento de Dados, Processadores de Textos, Planilhas e Aplicativos para Administração/ Comunicação/Hotelaria, a cursos de Linguagem de Programação, Formação de Programador, Programação Orientada a Objeto e Redes.

2. Administração - Entre os cursos oferecidos na área de Administração estão os de Auxiliar de Escritório, Datilografia, Auxiliar de Departamento Pessoal, Almoxarife, Auxiliar de Contabilidade, Secretária, Telefonista, Recepcionista, Marketing, Métodos de Arquivamento, Vendas, Telemarketing, Recursos Humanos, Apoio Administrativo, Administração de Estoque e Empacotador.

3. Comunicação e Artes - A área procura formar profissionais para empresas radiodifusoras (rádio e televisão), editoras e agências de publicidade, preparando-os também para o mercado autônomo.

Os alunos interessados em aperfeiçoar seus dotes artísticos também terão condições de se profissionalizar no Senac, através das Artes Aplicadas, que estão intimamente ligadas ao estudo do design, harmonia de formas e estética. A área oferece um variado leque de cursos, entre eles os de Diagramação, Produção Gráfica, Fotografia, Operação de Vídeo, Locução e Apresentação, Sonoplastia, Desenho Arquitetônico, Ilustração, Decoração de Ambientes e Maquete.

4. Hotelaria - Um dos requisitos básicos para um hotel obter boa classificação junto à Embratur é, precisamente, oferecer serviços de qualidade. E para isso, é fundamental ter mão-de-obra qualificada. São esses profissionais que o Senac forma, em cursos que têm um caráter eminentemente prático. Neles, ao mesmo tempo em que recebe informações teóricas, o aluno tem uma vivência real da sua atividade nos Hotéis-escola e Restaurantes-escola da Instituição.

Entre os cursos ministrados estão os de Etiqueta à Mesa, Cozinheiro, Garçom, Recepcionista de Hotel, Merendeira, Despenseiro, Camareiro(a) e de pós-graduação em Administração Hoteleira.

5. Turismo - Entre os cursos dados estão os de Guias de Turismo, Agentes de Viagem, Guias de Excursão, Emissores de Passagens, Organizadores de Eventos, e Animadores

Turísticos. Além destes, existe formação direcionada para um setor que tem crescido muito e, e que, portanto, demanda mão-de-obra preparada: o Turismo Ecológico.

6. Saúde - Os cursos do Senac na área de Saúde lançam mão de importantes recursos aplicados ao ensino profissional, como salas-ambiente, que reproduzem as futuras instalações profissionais (laboratório de enfermagem, de ótica, prótese dentária, etc), e equipamentos sofisticados, como bonecos anatômicos importados. Com este objetivo, a área de Saúde oferece várias programações, devendo-se mencionar, entre as principais, os cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem, Massagista, Atendente de Consultório Dentário, Auxiliar de Farmácia, Técnico em Ótica, Técnico em Higiene Dental e Técnico em Prótese Dentária.

7. Moda e Beleza - O Senac oferece, além de programações para aperfeiçoamento de profissionais já em exercício, vários cursos de capacitação, entre eles os de Manequim, Modelo Fotográfico, Produtor de Moda, Figurinista; Estilismo e Modelagem; Cabeleireiro, Esteticista, Maquilador, Depilador, Manicure e Pedicure.

8. Conservação e Zeladoria - manutenção de edifícios comerciais e residenciais nos grandes centros urbanos, bem como a conservação de escritórios, lojas, oficinas e suas dependências, exige a preparação de pessoas qualificadas.

Para atender às necessidades cada vez maiores de recursos humanos nesse setor, o Senac promove diversos cursos destinados a preparar esses profissionais, entre eles Vigia, Zelador, Porteiro de Edifício e Ascensorista.

4.1.2 O SENAI.

O SENAI deixou de ter um conceito restrito de serviço de aprendizagem industrial e adquiriu uma concepção mais coerente com o mundo industrial moderno. Isso provocou uma mudança na própria Missão da Instituição, que deixou de ser exclusivamente direcionada para a formação profissional e passou a focar a educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia.

Dentro do novo modelo de estrutura organizacional do Sistema CNI-SENAI, o profissional precisa continuamente agregar novas competências e valores ao seu perfil

profissional, para que possa se adequar às diferentes situações em que deverá atuar na organização. O tempo das tarefas ficou para trás, hoje é imprescindível trabalhar ligado a processos organizacionais.

Em linhas gerais, a estrutura do SENAI é formada por uma Diretoria Geral, com o suporte de uma Diretoria de Desenvolvimento e de uma Diretoria de Operações. Compete à Direção Geral as formulações estratégicas, definindo alvos e metas que configurem novos objetivos para alavancar, sistematicamente, os conhecimentos e os negócios, bem como acompanhar e avaliar os seus resultados. À Diretoria de Desenvolvimento compete coordenar as funções básicas de administração de pessoal, desenvolvimento de recursos humanos, administração financeira, administração patrimonial de material, transporte e serviços, além de prestar assistência e orientação aos Departamentos Regionais. A Diretoria de Operações tem como finalidades: coordenar as funções básicas de programação, ensino e modelos pedagógicos, legislação escolar, avaliação educacional, certificação ocupacional, inovações organizacionais e tecnológicas, recursos didáticos, disseminação de conhecimentos, informações e aplicações, intercâmbio de experiências, torneios de formação profissional, bolsas de estudo e estágios, acordos com empresas, estudos, pesquisas e projetos, assistência técnica e tecnológica, cooperação nacional e internacional e apoio, orientação e assessoria aos Departamentos Regionais. Além dessas, existem as Unidades de Gestão com a finalidade de dar apoio e com a finalidade principal de dar suporte à direção do DN, orientando as demais unidades do sistema quanto à administração estratégica, gestão de recursos humanos e a arquitetura organizacional.

Além dos cursos tradicionais na área industrial, o SENAI vem desenvolvendo projetos especiais, tais como:

- **Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle • Appcc**

Destina-se a garantir a produção de alimentos seguros à saúde do consumidor, e seus princípios são utilizados no processo de melhoria da qualidade em vários países. O Sistema APPCC contribui para uma maior satisfação do consumidor, tornando as empresas mais competitivas e ampliando as possibilidades de conquista de novos mercados, além de propiciar a redução de perdas de matérias-primas e produtos.

- **Projeto Competir**

Realizado com o apoio do governo alemão e do Sebrae, o Projeto Competir cria condições técnicas para que as novas empresas sobrevivam às crises e continuem desenvolvendo seus potenciais. A atuação do SENAI visa fortalecer e tornar competitiva a pequena empresa mediante o aumento da capacidade de produzir, em alto nível de qualidade.

- **Legislação da Educação Profissional e Desenvolvimento de Recursos Humanos**

Tem como finalidade desenvolver competência técnica no âmbito da Legislação da Educação Profissional e apoiar o desenvolvimento de Recursos Humanos do SENAI e das empresas, no país e no exterior, obedecendo a critérios técnicos e financeiros estabelecidos nas instruções de serviço em vigor (168/97, 169/97, 171/99).

4.1.3 O SEBRAE

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é um sistema nacional de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte.

Criado em 1990, numa iniciativa do Poder Executivo, através das Leis 8.029 de 12/04/90, alterado pela Lei 8.154, de 28/12/90 e regulamentado pelo Decreto 99.570, de 09/11/91, o SEBRAE resulta da parceria entre os setores público, privado e instituições de incentivo à pesquisa do País. Voltado para atender o setor privado, o SEBRAE desempenha função pública, em consonância com as necessidades de desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O Conselho Deliberativo Nacional é o órgão máximo do Sistema, cabendo-lhe traçar as políticas e estratégias gerais de atuação, instituindo normas e orientando o trabalho de todo o conjunto. É composto pelas seguintes entidades:

1. ABASE - Associação Brasileira dos SEBRAE's Estaduais
2. ABDE - Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
3. ANPEI - Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais
4. ANPROTEC - Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas

5. BB - Banco do Brasil S/A
6. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
7. CACB - Confederação das Associações Comerciais do Brasil
8. CNA - Confederação Nacional da Agricultura
9. CEF - Caixa Econômica Federal
10. CNC - Confederação Nacional do Comércio
11. CNI - Confederação Nacional da Indústria
12. FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
13. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

O Sistema SEBRAE é composto por um contingente funcional de 4.500 pessoas, sendo 260 funcionários no Núcleo Central e 4.240 funcionários distribuídos entre as 27 unidades regionais, uma para cada unidade da federação.

A estrutura administrativa é formada por uma Diretoria Executiva, composta por um diretor presidente, um diretor técnico e um diretor administrativo-financeiro, sob a assessoria de técnicos diretamente responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e atividades do SEBRAE. Essa mesma estrutura reproduz-se nos Estados, com seus respectivos conselhos deliberativos estaduais, superintendências e gerências.

As unidades SEBRAE nos Estados e no Distrito Federal possuem autonomia no desenvolvimento de suas atividades, mas cabe ao núcleo central “orientar e coordenar a atuação do sistema, estabelecer normas e estratégias e incumbir-se das atividades de natureza política, em âmbito nacional”.

Além das unidades regionais, o SEBRAE dispõe de uma rede de 500 balcões para prestar informações aos micro e pequenos empresários. Além de um banco de consultas e de orientação ao empresário, o Balcão SEBRAE tem um papel estratégico de apoio às ações dirigidas à capacitação profissional e aperfeiçoamento da gestão empresarial.

As principais áreas de atuação do SEBRAE de onde se originam os produtos e metodologias de atendimento ao cliente são:

1. Crédito e Capitalização.
2. Inovação e apoio tecnológico.

3. Capacitação de empreendedores e lideranças.
4. Desenvolvimento Local, Regional e Setorial.
5. Mercado Interno e Externo.
6. Disseminação do Conhecimento.

No Estado da Bahia, o Conselho Deliberativo do SEBRAE é composto pelas seguintes Instituições:

1. Banco do Brasil – BB
2. Banco do Nordeste - BNB
3. Caixa Econômica Federal – CEF
4. Federação da Agricultura do Estado da Bahia – FAEB
5. Federação das Associações Comerciais Bahia – FACB
6. Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia – FCDL
7. Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB
8. Federação do Comércio do Estado da Bahia – FCEB
9. Instituto Euvaldo Lodi – IEL
10. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM.
11. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
12. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE
13. Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Destaca-se, ainda, a atuação do Núcleo de Atendimento ao Empresário – NAE, que funciona como um centro multiprovedor de serviços públicos e privados, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento do pequeno negócio, através de capacitação em palestras e cursos, fornecimento de informações mercadológicas, tecnológicas, jurídicas, contábeis e econômicas, orientar e promover de forma simplificada os processos de legalização empresarial e registros de autônomos.

O SEBRAE-BA desenvolveu um conjunto de produtos e serviços nas seguintes áreas:

1. Treinamento Empresarial
2. Qualidade e Produtividade

3. Inovação e Apoio Tecnológico
4. Financiamento
5. Mercado Interno e Externo

4.1.4 O SENAR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural é uma entidade civil, criada pela Lei 8.315 de 23/12/91, nos termos do Art. 62 do Ato das disposições constitucionais transitórias, onde sua criação era prevista nos moldes do SENAI e do SENAC, com o objetivo de organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a formação profissional e a promoção social de jovens e adultos que exerçam suas atividades no meio rural.

Vinculado à Confederação Nacional da Agricultura - CNA, é dirigida por um Conselho Deliberativo, de composição tripartite e paritária, ou seja, é composto por representantes do governo, de empresários rurais e dos trabalhadores rurais, com igual número de conselheiros.

Os recursos para sua manutenção são provenientes de recolhimentos mensais compulsórios oriundos de pessoas físicas (patronato rural) e pessoas jurídicas que exerçam atividades agroindustriais, agropecuárias, extrativistas vegetais e animais, cooperativistas rurais, sindicatos patronais rurais.

A arrecadação da contribuição é feita juntamente com a da Previdência Social; após o recolhimento, o SENAR providencia a aplicação proporcional nas diferentes unidades da Federação, de acordo com a correspondente arrecadação.

Constituído por um Conselho Deliberativo, que se encarrega de dirigir e normatizar as atividades do SENAR, no que se refere ao planejamento, estabelecimento de diretrizes, organização, controle, e avaliação de toda a Instituição. É constituído também por um Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização de toda a parte financeira e orçamentária da Instituição, por uma Administração Central, que executa a administração da entidade, com sede em Brasília, e 27 administrações regionais, órgãos de execução das ações de formação profissionais e promoção social, descentralizadas, vinculadas às respectivas Federações da Agricultura.

As ações do SENAR são baseadas em princípios e diretrizes estabelecidos pela OIT - Organização Internacional do Trabalho, nas políticas do CINTERFOR - Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional, nas políticas do Ministério do Trabalho e da Agricultura e nas diretrizes emanadas do CNA e suas federações vinculadas. São desenvolvidas em torno de 145 ocupações relacionadas em grandes áreas, tais como: agricultura, pecuária, silvicultura, aquicultura, agroindústria, extrativismo, atividades de apoio agro-silvo-pastoril, atividades de apoio ao extrativismo vegetal e animal e atividades relacionadas à prestação de serviços.

Essas ações são educativas, implementadas de forma sistematizada e visam o desenvolvimento do homem do campo, como cidadão e como trabalhador. São implementadas em nível de formação profissional ou promoção social.

As ações de formação profissional rural são aquelas desenvolvidas com trabalhadores e/ou produtores rurais, que desejam obter melhor desempenho profissional. Podem ser de qualificação, aperfeiçoamento, atualização ou especialização, de acordo com o nível da programação necessária ao público beneficiário e as turmas selecionadas.

As atividades de promoção social destinam-se ao desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais, no intuito de melhorar a qualidade de vida do cidadão e sua vida comunitária. Os certificados emitidos aos participantes garante-lhes o reconhecimento nacional, sendo importante instrumento de unificação das ações do SENAR nos Estados, garantindo-lhes unicidade e padrão de qualidade.

4.1.5 O SENAT

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte foi criado pela Confederação Nacional do Transporte - CNT. Trata-se de uma organização civil sem fins lucrativos, regida pela Lei 8.706, de 14/09/93, pelo Decreto 1007, de 13/12/93, e respectivo Estatuto Social e Regulamento Interno.

Com o objetivo de atuar interligando os órgãos do poder público e a iniciativa privada, o SENAT dedica-se a gerenciar, desenvolver, executar - direta ou indiretamente- e apoiar programas destinados à aprendizagem do trabalhador em transporte e do transportador autônomo, propiciando-lhes a formação profissional, treinamento, aperfeiçoamento, segurança no trabalho, segurança no trânsito, preservação do meio ambiente.

Apesar de relativamente jovem quando comparado a outras entidades do Sistema S, o SENAT possui uma rede de 70 estabelecimentos em todo o Brasil, dedicando-se especificamente à aprendizagem do transporte, destacando-se pela experiência no treinamento à distância, com mais de 640 vídeo-aulas direcionadas, além dos recursos da INTERNET e slides, buscando acompanhar a característica do trabalhador que dedica-se ao setor, cujo o perfil é heterogêneo em escolaridade reveste-se ainda do caráter de extrema mobilidade em virtude dos deslocamentos inerentes à sua atividade.

O SENAT-BA implementa no Estado as diretrizes do SENAR-BR, adequando-se, quando necessário, os programas nacionais à realidade do setor de transporte do Estado.

4.2 A ESTRUTURA FORMAL DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A estrutura formal do ensino profissionalizante é capitaneada pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico. É formada por seis Escolas Técnicas Federais (Amazonas, Ouro Preto, Mato Grosso, Roraima, Santa Catarina e Sergipe), 45 Escolas Agrotécnicas Federais e 18 Centros Federais de Educação Tecnológica.

4.2.1 Escolas Agrotécnicas Federais

As Escolas Agrotécnicas Federais foram criadas pelo Decreto nº 8.319, de 20 de agosto de 1910. O ensino agrícola ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e tinha por finalidade a instrução técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlatas, compreendendo o ensino agrícola, a medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais.

O ensino agrícola esteve subordinado ao Ministério da Agricultura de 1910 a 1967, quando, através do Decreto nº 60.731, de 19 de dezembro, foi transferido para o então, Ministério da Educação e Cultura - MEC, e criada a Diretoria do Ensino Agrícola - DEA.

O Decreto nº 72.434, de nove de julho de 1973, criou a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - COAGRI, para onde passou a administração do ensino agrícola. Com a extinção desse órgão, em novembro de 1986, criou-se a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, a qual ficou subordinado o ensino agrícola de nível médio. Atualmente, essa modalidade de ensino está vinculada a SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e do Desporto.

As EAF oferecem cursos de curta duração para a comunidade, nas mais diversas áreas do conhecimento. Há também cursos específicos para empresas que pretendam desenvolver a capacitação de seus empregados, nas áreas de agroindústria e de serviços.

Escola Agrotécnica Federal é uma instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizando-se por ministrar cursos profissionalizantes em nível médio nas áreas de Agropecuária, Agroindústria, Enologia, Zootecnia e Infra-estrutura rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. Atualmente, existem 48 EAF'S na estrutura do MEC.

4.2.2 Escolas Técnicas Federais

As Escolas Técnicas Federais – ETF, foram criadas em 1909, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, assinado pelo então Presidente da República, Dr. Nilo Peçanha, que à época percebeu a necessidade da formação de mão-de-obra especializada para atender às exigências do desenvolvimento industrial do País. Iniciam-se, assim, as atividades do Governo Federal no campo do ensino de ofícios.

Consta no referido Decreto que o objetivo desses estabelecimentos era "habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico e intelectual".

As atividades das escolas fundadas em 1909, à época vinculadas ao Ministério da Agricultura, foram iniciadas em 1910 e 1911, em várias Unidades da Federação.

Essas instituições, denominadas a princípio Escolas de Aprendizes Artífices, em 1937, passaram a ser chamadas de Liceus Industriais e, em 1942, Escolas Industriais. Em 1959, transformaram-se em autarquias federais, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, passando, em 1967, a denominarem-se Escolas Industriais Federais. A denominação Escola Técnica Federal - ETF data de 1968.

No Governo do Presidente Getúlio Vargas, em 1942, foram criadas mais três escolas: em Pelotas-RS, em Ouro Preto-MG, e no Rio de Janeiro, hoje denominada ETF de Química. Mais recentemente, em 1993, através da Lei nº 8.670, de 30 de junho, foi criada a Escola Técnica Federal de Roraima. Sua implantação data de 5 de janeiro de 1994.

Escola Técnica Federal é uma instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizando-se por ministrar cursos técnicos em nível médio (2º Grau), nas áreas industrial e de serviços. As unidades da rede federal são em numero de 19, localizadas nas capitais e/ou grandes cidades.

As ETF oferecem, além dos cursos de extensão, os seguintes cursos profissionalizantes de nível médio:

- Administração Industrial
- Alimentos
- Agrimensura
- Biotecnologia
- Desenho Industrial
- Edificações
- Eletrônica
- Eletromecânica
- Eletrotécnica
- Equipamento Médico Hospitalar
- Estradas
- Geologia
- Informática Industrial
- Instrumentação Industrial
- Mecânica
- Metalurgia
- Meteorologia
- Mineração
- Processamento de Dados
- Química

- Secretariado
- Saneamento
- Segurança no Trabalho
- Tecnólogo em Manutenção Industrial
- Telecomunicações
- Turismo

4.2.3 Centros Federais de Educação Tecnológica

Em 1968, a Lei nº 6.545, de 30 de junho, deu início ao processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, concebidos como novo modelo institucional de educação tecnológica. Os CEFET surgiram da transformação das Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, passando o ensino técnico industrial a ser desenvolvido também em nível de 3º grau.

Atualmente são 18 os Centros Federais de Educação Tecnológica existentes no Brasil. O ingresso nos cursos profissionalizantes de nível médio é feito mediante a submissão e aprovação em exame de seleção, que é realizado periodicamente tendo em vista o grande número de candidatos aos diferentes cursos ofertados por essas instituições.

Para ingresso nos cursos superiores de tecnologia o candidato deverá se submeter e ser aprovado em exame vestibular, como ocorre nas universidades brasileiras.

Um Centro Federal de Educação Tecnológica é uma instituição educacional autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar, caracterizando-se por ministrar cursos profissionalizantes em nível médio e cursos superiores, nas áreas industrial e de serviços. Os Centros Federais de Educação Tecnológica oferecem às empresas, instituições e à comunidade em geral os mais diferentes tipos de serviços no campo industrial, científico e tecnológico, prestando consultorias, realizando projetos, dispendo de suas oficinas e laboratórios para trabalhos práticos, através dos seus diferentes cursos.

Os serviços podem ser solicitados ao setor competente para examinar a possibilidade de atendimento.

Cursos profissionalizantes oferecidos:

1. Administração Industrial
2. Alimentos
3. Agrimensura
4. Biotecnologia
5. Desenho Industrial
6. Edificações
7. Eletrônica
8. Eletromecânica
9. Eletrotécnica
10. Equipamento Médico Hospitalar
11. Estradas
12. Geologia
13. Informática Industrial
14. Instrumentação Industrial
15. Mecânica
16. Metalurgia
17. Meteorologia
18. Mineração
19. Processamento de Dados
20. Química
21. Secretariado
22. Saneamento
23. Segurança no Trabalho

24. Tecnólogo em Manutenção Industrial

25. Telecomunicações

26. Turismo

Cursos tecnológicos regulares em nível superior oferecido:

1. Administração Hoteleira
2. Engenharia Industrial Elétrica - Eletrônica
3. Engenharia Industrial Elétrica - Eletrotécnica
4. Engenharia Industrial Elétrica -Telecomunicações
5. Engenharia Industrial Mecânica
6. Formação de Professores de Ensino Técnico Industrial
7. Tecnologia de Construção Civil
8. Tecnologia em Eletrônica Industrial
9. Tecnologia de Manutenção Mecânica
10. Tecnologia de Manutenção Petroquímica
11. Tecnologia de Manutenção Elétrica
12. Tecnologia de Manutenção Eletrônica
13. Tecnologia de Processo Petroquímico
14. Formação de Professores de Disciplinas Técnicas
15. Especialização do Ensino Médio Profissionalizante

Cursos em nível de especialização oferecidos:

1. Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho
2. Informática Industrial
3. Acionamento Industrial
4. Agentes de Inovação Tecnológica
5. Engenharia de Segurança
6. Gerência de Obra

7. Metodologia de Educação Tecnológica

Cursos em Nível de Mestrado oferecidos:

1. Engenharia Elétrica
2. Informática Industrial
3. Tecnologia
4. Engenharia de Materiais
5. Edificação Tecnológica
6. Manutenção Integrada por Computador
7. Gerência de Obra
8. Gerência de Manutenção
9. Agentes de Inovação Tecnológica
10. Informática
11. Acionamento Industrial

5 O ESPAÇO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA - CEFET-BA NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE ESTADUAL.

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA, criado pela Lei 8.711/93, a partir da transformação da Escola Técnica Federal da Bahia – ETF-BA em CEFET e da incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia - CENTEC, é uma instituição de ensino vinculada ao MEC que busca aperfeiçoar a verticalização do ensino técnico e tecnológico, que se dá pela oferta em uma mesma instituição de cursos profissionalizantes em diferentes graus ou níveis de ensino e pela integração entre eles. A implantação do modelo CEFET de ensino, está inserido no contexto de buscar alternativas para a educação tecnológica de forma a atender o desenvolvimento sócio - econômico - cultural (BARRAL,1995).

O CEFET-BA tem por finalidade o oferecimento de Educação Tecnológica e como objetivos gerais: ministrar Cursos Técnicos, Cursos Tecnológicos de Graduação e Pós-Graduação; formar docentes em áreas específicas do ensino técnico e tecnológico; oferecer Cursos de Educação Continuada; realizar pesquisas tecnológicas e serviços de extensão.

Desenvolve suas atividades de ensino e extensão nas instalações de suas instituições de origem em Salvador (Sede administrativa) e em Simões Filho, bem como nas Unidades Descentralizadas de Ensino – UNED, localizadas nos municípios de Barreiras, Eunápolis, Valença e Vitória da Conquista, que foram criadas com o objetivo de interiorizar as oportunidades de cursos técnicos.

A finalidade do CEFET-BA é o oferecimento de educação tecnológica. São seus objetivos gerais:

- ministrar cursos técnicos de nível médio e cursos tecnológicos de graduação e pós-graduação;
- formar docentes em áreas específicas do ensino técnico e tecnológico;
- oferecer cursos de educação continuada;
- realizar pesquisas tecnológicas e serviços de extensão.

Além destes, o CEFET se propõe oferecer à comunidade:

- prestação de serviços de produção;

- consultorias dentro das áreas de atuação da Instituição;
- desenvolvimento de pesquisas tecnológicas aplicadas em benefício da comunidade;
- cessão das instalações à comunidade para realização de eventos, concursos, etc ...

5.1 CURSOS DO CEFET-BA.

5.1.1 Cursos Técnicos

Com o advento da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases, houve uma alteração profunda na estrutura do ensino médio convencional e no ensino profissionalizante, conforme explicitamos no capítulo 2. As mudanças de caráter pedagógico e estruturais, na prática, promoveram a coexistência, na Instituição, de dois tipos de curso técnico:

- aqueles submetidos à Lei 5692, com duração mínima de 4 anos, até a conclusão por parte de todos os alunos regularmente matriculados e com frequência;
- aquele regidos pela Lei 9394/96, com duração mínima de 2 anos.

São estes os cursos ofertados:

Edificações: Forma profissional de nível médio que desenvolve atividades de levantamentos topográficos, projetos arquitetônicos, hidrosanitários, elétricos e residenciais, orçamento, planejamento execução e fiscalização de obras.

Estradas: Forma profissional de nível médio que atua nas diversas etapas de construção e manutenção de estradas, elaborando projetos de rodovias, loteamentos e drenagens, além de levantamentos topográficos, supervisão e execução de sondagens e de ensaios de materiais para solos, concreto e betume.

Eletrotécnica: Forma profissional de nível médio que realiza projetos elétricos de iluminação, instalação de redes de distribuição e de equipamentos, manutenção de instalações elétricas, circuitos de comando, equipamentos e controle eletrônico.

Eletrônica: Forma profissional de nível médio que executa trabalhos de manutenção em equipamentos de telecomunicação e centrais telefônicas, controla e supervisiona processos industriais e telemetria, realiza projetos eletrônicos sob supervisão de um engenheiro.

Geologia: Forma profissional de nível médio que efetua levantamentos topográficos, geológicos, geofísicos, bem como trabalhos de prospecção, visando a avaliação econômica de jazimentos.

Instrumentação: Forma profissional de nível médio que atua junto à engenharia de controle de processos industriais nas atividades de planejamento, projetos, instalação e manutenção dos instrumentos de medidas e controle de variáveis em equipamentos industriais.

Mecânica: Forma profissional de nível médio que realiza atividades de montagem, projetos de fabricação, manutenção e venda de equipamentos mecânicos, podendo prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas.

Metalurgia: Forma profissional de nível médio que atua no setor industrial em atividades de transformação, análise e emprego de materiais e ligas metálicas, supervisionando e controlando as operações de extração mecânica e beneficiamento de minérios ferrosos, além de auxiliar nas investigações de pesquisas no campo de ferrosos e não-ferrosos.

Química: Forma profissional de nível médio que executa análise e síntese químicas; opera, coordena e supervisiona os processos químicos desenvolvidos na indústria, acompanha e opera em plantas e processos químicos ou industriais correlatos.

Nas UNED são os seguintes os cursos ofertados:

- a) UNED-Barreiras – Ensino Médio, Eletrotécnica, Edificações, Turismo, Enfermagem, Eletromecânica;
- b) UNED-Valença – Ensino Médio, Hotelaria, Pesca, Informática, Turismo.
- c) UNED-Vitória da Conquista – Ensino Médio, Eletromecânica, Eletrônica, Tecnologia Ambiental, Informática.
- d) UNED-Eunápolis – Ensino Médio, Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem (1º grau), Turismo, Construção Civil.
- e) Unidade de Simões Filho – Oferecendo cursos em convênio com a prefeitura local, além do curso técnico em eletromecânica.

Atendendo a sua proposta de oferecer educação continuada, o CEFET-BA através da DIREP - Diretoria de Relações Empresariais, oferece diversos cursos para atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área tecnológica. A estruturação destes cursos pode ser de forma aberta (participação da comunidade em geral) ou fechada (envolvendo uma clientela selecionada e direcionada para uma necessidade específica do solicitante). São

oferecidos cursos nas seguintes áreas de conhecimento: Desenho; Eletro-Eletrônica; Física; Hotelaria; Informática; Inglês; Instrumentação; Mecânica; Qualidade; Química.

A Coordenação de Produção que faz parte da DIREP tem como principais objetivos viabilizar a prestação de serviços à comunidade interna e externa, prestar consultoria, apoiar as atividades de desenvolvimento tecnológico, científico e cultural e administrar a correlação da produção com o ensino, desempenhando um papel importante na prestação de serviços de produção industrial no Estado da Bahia.

5.1.2 Cursos de Graduação

O CEFET-BA oferece os seguintes Cursos Tecnológicos de Graduação:

Tecnologia Mecânica (Manutenção Mecânica): Elabora e executa projetos na área de fabricação mecânica; planeja, acompanha e executa programas de garantia e controle de qualidade, acompanha e executa serviços de instalação e manutenção em sistemas térmicos e de refrigeração, elabora, executa e supervisiona programação de manutenção preventiva, preditiva e corretiva.

Tecnologia Elétrica (Manutenção Elétrica): Realiza a manutenção corretiva e preventiva de instalações e equipamentos elétricos, executa e orienta trabalhos de teste e montagem de instalações e equipamentos elétricos.

Tecnologia Química (Processos Petroquímicos): Inspecciona o funcionamento dos equipamentos das unidades de produção petroquímica, planeja e orienta partidas das unidades de produção petroquímica, opera com bombas, torres de resfriamento, permutadores de calor, painéis de comando, vasos, tanques, suprimento, motores.

Administração (Administração Hoteleira): Planeja e organiza os serviços oferecidos pelos diversos setores de um hotel, verifica o padrão dos serviços oferecidos aos hóspedes e o estado de conservação do estoque de suprimento, analisa os custos operacionais de um hotel bem como os aspectos nutritivos, custo e padrão de qualidade do cardápio e realiza previsão orçamentária.

A partir de 1998 foi autorizado o funcionamento dos cursos plenos de Engenharia Mecânica e Elétrica e Administração com habilitação em Hotelaria.

5.2 - RECURSOS HUMANOS DA INSTITUIÇÃO

Realizou-se um estudo sobre o quadro permanente da Instituição e traçou-se o perfil de escolaridade do corpo técnico-administrativo e docentes, que exercem suas atividades

na Sede e UNED, através de pesquisa direta. O corpo técnico-administrativo lotado na sede e no Centro de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos (CTDRH) - Simões Filho conta com o total de 319 funcionários (dados de setembro/99), ocupantes de cargos NS (nível superior), NI (nível intermediário) e NA (nível de apoio). A escolaridade levantada registra que 0,62% são analfabetos; 0,31% são alfabetizados sem cursos regulares; 7% possuem a 4ª série incompleta; 11,6% possuem a 4ª série completa; 8,77% possuem da 4ª a 8ª série incompleta; 9,09% completaram o 1º grau; 0,62% possuem o 2º grau incompleto; 34,1% completaram o 2º grau; 4,07% possuem o superior incompleto e 23,8% são portadores de formação superior completa.

37,3% do total do quadro funcional técnico-administrativo da sede é constituído por servidores que possuem escolaridade até a 8ª série do 1º grau; considerando que apenas aos ocupantes do nível de apoio (66 servidores) é exigida a escolaridade mínima do 1º grau, observa-se que na categoria dos ocupantes de cargo de nível intermediário, onde é exigida a escolaridade mínima do 2º grau, existem servidores com menor grau de instrução. Estes dados refletem os métodos de contratação antes da exigência de concurso público, bem como a ascensão de determinadas categorias de funcionários públicos ocupantes de cargos como ascensoristas, recepcionistas, porteiros e vigilantes, anteriormente contratados como nível de apoio e que receberam progressão para o nível intermediário por força de lei, independentemente do grau de escolaridade individual.

Em Barreiras, com 55 funcionários técnico-administrativos (Nível Superior, Nível Intermediário, Nível de Apoio), a pesquisa direta realizada revelou que 1,81% possuem até a 4ª série incompleta; 5,45% possuem a 4ª série completa; 10,9% completaram o 1º grau; 5,45% possuem o 2º grau incompleto; 40% possuem 2º grau completo; 7,27% possuem superior incompleto e 29,09% completaram o curso superior.

As demais UNED revelam os seguintes índices de escolaridade: o quadro administrativo da UNED - Eunápolis compõe-se de 1 servidor, que possui curso superior completo; na Unidade de Vitória da Conquista, com 4 servidores, 75% possuem segundo grau completo e 25% possuem curso superior completo. Valença, com 2 servidores, 50% possuem segundo grau completo e, os 50% restantes, detêm formação superior completa.

Para os docentes de 1º e 2º graus, com 244 professores atuando na sede em Salvador, o quadro de escolaridade é o seguinte: 3,68% são detentores do 2º grau completo; 0,81%

possuem curso superior incompleto; 26,23 % possuem curso superior ou equivalente; 4,91% são detentores de curso de aperfeiçoamento; 52,86% são detentores de curso de especialização; 11,47% são detentores do curso de mestrado.

Em Barreiras, atuam 27 professores, cuja escolaridade se distribui da seguinte forma: 51,85% são graduados; 7,4% possuem curso de aperfeiçoamento; 37,03% possuem curso de especialização e 3,7% são detentores do grau de Mestre.

Em Vitória da Conquista, com 17 docentes, 29,41% são graduados, 11,76% são detentores de aperfeiçoamento; 47,05% são detentores de curso de especialização e 11,76% possuem mestrado.

Em Eunápolis, com 16 docentes, 66,66% são graduados, 27,77 são detentores de especialização e 5,55% de mestrado.

Valença possui 16 docentes de 2º grau: 50% são graduados, 6,25% possuem aperfeiçoamento, 25% possuem especialização e 18,75%, mestrado.

Dos professores de magistério superior, em número de 65, atuando na sede e no CTDRH, 53,62% são graduados; 31,88% possuem curso de especialização; 13,04% possuem curso de mestrado e 1,44% detêm o grau de doutorado.

Tabela 1. Escolaridade Corpo Técnico Administrativo

Escolaridade	Anal fabetos	Alfabetizados sem cursos regulares	4ª série incompleta	4ª série completa	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	3º grau incompleto	3º grau completo
Servidores Sede(%)	0,62	0,31	7	11,6	8,77	9,09	0,62	34,1	4,07	23,8
Servidores Barreiras (%)	-	-	1,81	5,45	-	10,9	5,45	40	7,27	29,09
Servidores Valença (%)	-	-	-	-	-	-	-	50	-	50
Servidores Eunápolis (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
Servidores Vitória da Conquista (%)	-	-	-	-	-	-	-	75	-	25

Tabela 2. Escolaridade Corpo Docente

Escolaridade dos Docentes	2º grau completo	3º grau incompleto	3º grau completo	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
2ºGrau-Sede	3,68	0,81	26,23	4,91	52,86	11,47	-
2ºGrau-Barreiras	-	-	51,85	7,4	37,03	3,7	-
2ºGrau-Vitória da Conquista	-	-	29,41	11,76	47,05	11,76	-
2ºGrau-Eunápolis	-	-	66,66	-	27,77	5,55	-
2ºGrau-Valença	-	-	50	6,25	25	18,75	-
3º grau	-	-	53,62	-	31,88	13,04	1,44

6 AS MODIFICAÇÕES OCORRIDAS NO PERFIL PRODUTIVO BAIANO E AS REPERCUSSÕES NO CEFET-BA.

Naquelas regiões onde já existem falhas estruturais e que historicamente têm um desenvolvimento subordinado, os impactos negativos da globalização aguçam ainda mais o quadro existente. No Brasil, por exemplo, as regiões Norte e Nordeste mostram essa realidade.

Para superar debilidades econômicas, aumentando os seus níveis de investimentos, emprego e renda, o Nordeste Brasileiro precisa atrair investidores e elevar seu poder de competitividade no intuito de colocar seus produtos e serviços nos mercados interno e externo. Isso significa apresentar vantagens competitivas que possibilitem atrair investimentos e competir com a região Centro-Sul no contexto do MERCOSUL, e a nível mundial considerando a globalização.

O desenvolvimento competitivo nacional pode ser impulsionado através de fatores, investimentos, inovação e pela riqueza.

O desenvolvimento impulsionado por fatores deve ocorrer quando existem vantagens em termo de recursos naturais, condições de crescimento favoráveis para certos produtos e reserva de mão-de-obra semi-habilitada, abundante e barata. É o caso de quase todos os países em desenvolvimento.

O desenvolvimento deflagrado pelo investimento baseia-se na disposição e capacidade das empresas em investir agressivamente. Neste caso, as empresas investem em instalações modernas, eficientes e de grande escala, equipadas com a melhor tecnologia encontrada nos mercados globais. Poucos países em desenvolvimento atingem esta situação. No pós-guerra, só o Japão e mais recentemente a Coreia tiveram êxito. Formosa, Cingapura, Hong-Kong, Espanha e, em menores proporções, o Brasil, estão mostrando indícios de chegar a essa etapa.

O desenvolvimento é impulsionado pela inovação quando as empresas não só aprimoram e melhoram a tecnologia e os métodos de outros países como também os criam. As empresas competem em segmentos mais diferenciados da indústria. A Inglaterra do século XIX, Estados Unidos, Alemanha e Suécia, no limiar do século XX, e a Itália e o Japão na década de setenta daquele século alcançaram tal situação.

A força impulsora do desenvolvimento pela riqueza é nada menos que a própria riqueza, ou seja a acumulação de capitais. É o caso da Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Alemanha e Suécia, entre outros.

Para o Nordeste, o desenvolvimento vem com base nos fatores há décadas. No Brasil, os setores com capacidade competitiva são o complexo agroindustrial (óleo de soja, café e suco de laranja), complexo químico (petróleo e petroquímica), complexo metalmeccânico (minério de ferro, siderurgia, alumínio) e o complexo celulose e papel. Esses setores apresentariam níveis elevados de eficiência produtiva e conformidade dos produtos, atendendo as necessidades do mercado interno e alcançando desempenho positivo no comércio externo.

Além desses, o Nordeste pode concentrar esforços na agricultura irrigada e no turismo. O papel do governo é importante no sentido de proporcionar incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento econômico e social da região, além de investir na recuperação e modernização da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

6.1 – Panorama da Economia baiana - Uma visão dos últimos cinquenta anos

Para as gerações de jovens que buscavam inserção no mercado de trabalho baiano pelos idos dos anos cinquenta, a construção, implantação e entrada em funcionamento da Refinaria Landulfo Alves, da PETROBRAS, em Mataripe, Recôncavo Baiano, representou um descortinar de oportunidades de emprego que alavancariam transformações na estrutura da classe média da Região Metropolitana de Salvador e nas áreas próximas à Refinaria (Candeias, São Francisco do Conde, Madre de Deus, dentre outros municípios).

Do ponto de vista macroeconômico, esta fase marca o início da superação do período denominado pelos estudiosos de “Enigma Baiano”.

O investimento e o planejamento governamentais foram cruciais para impulsionar a dinâmica da economia baiana, cujo comportamento na primeira metade do século XX foi marcado “pela relativa estagnação da economia estadual em detrimento da economia nacional” (Azevedo, 2000).

Enquanto no final do século XIX a Bahia contava com uma indústria de transformação relativamente diversificada, na década de quarenta e cinquenta essa indústria concentrava-se nos setores têxtil e fumageiro, mensurando-se tais impactos pela queda da participação da indústria do Estado da Bahia no total do País. Se em 1920 esse

número era de 3,5%, quando medida pelo capital aplicado, 4% pela força motriz utilizada, 5,7% pelo nº de trabalhadores e 2,8% pelo valor da produção, em 1940 tais percentuais haviam caído respectivamente para 1,9%, 2,3%, 3,3% e 1,3%. (Teixeira; Guerra, 2000),

Em Azevedo (2000), enumeram-se razões de origens diversas a tal fenômeno, citadas abaixo:

- i. a influência materna na constituição das famílias irregulares da sociedade baiana;
- ii. o escasso espírito empresário-industrial de homens que visavam apenas elevados lucros nas atividades mercantis;
- iii. a alta rentabilidade das lavouras de exportação;
- iv. a Guerra do Paraguai;
- v. o deslocamento da população para Minas Gerais em busca do ouro;
- vi. a falta de capacidade de absorção das poupanças quando elas existiam;
- vii. a formação excessivamente jurídico-literária e ao conceito de inferioridade das profissões mercantis ou industriais;
- viii. a concorrência do açúcar de beterraba e à do açúcar proveniente das Antilhas;
- ix. a instabilidade da economia; e
- x. o desgaste no intercâmbio comercial.

Encontramos ainda mais algumas explicações (Teixeira; Guerra, 2000):

- xi. proximidade dos centros industriais como São Paulo, o que facilitaria a entrada de bens industriais;
- xii. Salvador, quando comparada a Recife, por exemplo, não atraía capitais industriais;
- xiii. a quase extinção da atividade agroindustrial do açúcar em virtude da concorrência de outras regiões e da baixa produtividade das terras do Recôncavo; e

- xiv. a falta de condições de infra-estrutura, que não permitia a integração dos mercados criados no interior do Estado em virtude do crescimento populacional.

O principal produto do Estado, o cacau, constituía-se na principal fonte de geração de divisas, ou seja, sua produção visava basicamente atender ao mercado externo. Apesar de gerar divisas, a atividade cacauzeira, devido às suas características estruturais (intensiva em mão de obra desqualificada e baixo valor agregado de seus produtos) expandia-se, extensivamente, mas sem incorporar progresso técnico.

Esse quadro de “anemia econômica” passaria a denotar uma mudança a partir da intervenção do Estado, buscando deflagrar um planejamento da economia já em 1955, quando Rômulo Almeida assumiu a Secretaria da Fazenda no Governo Antônio Balbino, acumulando também as funções de planejamento. Nessa linha de ação, foi criado um sistema estadual de planejamento, formado pela Comissão de Planejamento Estadual – CPE (1955) e pelo Fundo de Desenvolvimento Agro Industrial – FUNDAGRO (1956) e o surgimento, já em 1959, do I PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia.

Do I PLANDEB foram implementados projetos que criaram a MAFRISA e a FRIUSA, frigoríficos destinados a carnes e peixes, a criação da fábrica de calçados MIRCA e a de laticínios ALIMBA. Nesses projetos, o Governo Estadual participou como investidor direto ou financiador.

Apesar da tentativa do planejamento estadual, o verdadeiro impacto veio mesmo com a descoberta do óleo e gás nos campos do Recôncavo, quando o Conselho Nacional de Petróleo elaborou o projeto de construção de uma refinaria que processaria 2500 barris/dia.

Em 1954, a Petrobrás assumiu o projeto, iniciando as obras de construção da Refinaria de Mataripe com capacidade de produção de 5000 barris/dia.

Os impactos da implantação da Refinaria foram sentidos através da dinamização da economia das cidades próximas, como Candeias e Madre de Deus, onde se instalaram empresas como a Companhia de Carbonos Coloidais – CCC, a Companhia Brasileira de Lubrificantes e a Fábrica de Vaselina da Bahia.

Do ponto de vista social, são criadas as condições para a formação de uma classe média, constituída por trabalhadores, empregados da Petrobrás e também das fábricas e atividades de apoio.

Na década de sessenta a ação do Estado torna-se ainda mais forte com a criação da SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. A partir daí, o Estado não aparecerá apenas como produtor, numa ação direta, mas como estimulador do investimento privado, através de incentivos fiscais, com vistas a promover a industrialização da região.

Surgem o Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1966, a USIBA, SIBRA e FERBASA. Com o CIA tornou-se possível sediar empresas como a CQR, Paskin, Tibrás, Ciquine, Fisiba e a Dow (Teixeira; Guerra, 2000).

Essa caminhada rumo à industrialização, ainda que imbuída por uma dinâmica exógena à economia baiana, e alavancada por um planejamento estatal vem a se firmar ainda mais a partir da década de setenta.

Segundo Teixeira e Guerra (2000), “a Bahia se inseriu na matriz industrial brasileira através da chamada especialização regional”, assumindo o papel de fornecedor de produtos intermediários para os setores de bens finais do sul/sudeste do país, principalmente os ligados à química e petroquímica e ao metalúrgico, considerando as vantagens que o Estado apresentava em relação aos demais:

- i. a existência de uma refinaria, cuja produção na época tornava o Estado o primeiro do País, criando-se as condições necessárias à implantação do 2º pólo petroquímico nacional;
- ii. no início dos anos setenta, havia uma carência de insumos básicos usados pela indústria de transformação do centro-sul; e
- iii. o Governo Federal havia elencado como prioritária a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Essas vantagens criaram condições para que se instalassem diversas empresas, principalmente no Complexo Petroquímico de Camaçari. Ao entrarem em atividade, a participação relativa do setor secundário no PIB baiano passa de 12% para 31,6% enquanto cai no mesmo período a participação relativa do setor primário no PIB.

A implantação da indústria petroquímica representou o limiar de uma nova era para a economia baiana. Foi decisiva para que aqui surgissem novas atividades econômicas e se constituísse uma classe média de porte razoável que deflagrou uma expansão no comércio e nos serviços, particularmente em Salvador. Também foi a responsável por desfazer a crônica dependência em relação ao desempenho da agricultura, em particular dos ciclos de prosperidade e de crise da cacauicultura.

Os efeitos diretos e indiretos sobre a economia baiana proporcionados pela indústria petroquímica fizeram com que o Governo do Estado e os municípios da Região Metropolitana de Salvador elevassem suas arrecadações de impostos, contribuindo, desta forma, para o crescimento dos investimentos estatais na infra-estrutura e na oferta de empregos no setor público.

Dinamizada pela atividade do secundário, a economia baiana apresentou taxas médias de crescimento real do PIB (11,4%) na década de setenta, em relação ao Nordeste (9,7%) e ao Brasil (8,6%). Como efeito multiplicador, observa-se também o crescimento do setor terciário, principalmente na Região Metropolitana de Salvador.

Nos anos oitenta, com a entrada em operação de várias outras empresas sediadas no Pólo Petroquímico e com o Plano Cruzado, entre 1983 e 1986, novamente o crescimento do PIB estadual dá-se à taxa de 8,5%. Uma característica, porém, distingue o comportamento da economia baiana nos anos oitenta e a diferencia do comportamento apresentado nos anos setenta: o fato da indústria local recém-instalada ser produtora de bens intermediários, tornando a economia local bastante atrelada à economia nacional.

Mesmo quando a economia nacional sofre uma retração nesse período, a economia baiana continua apresentando um bom desempenho, em decorrência do estreitamento de transações com o exterior (possível em virtude dos incentivos à exportação) via importações do setor químico/petroquímico.

O setor da metalurgia apresentou um crescimento de 12,3% ao ano na década de oitenta em virtude da entrada em operação da metalurgia do cobre em 1982, e em 1986, quando a Caraíba Metais alterou sua planta, objetivando o aumento de produção (Teixeira; Guerra, 2000).

Se o início dos anos noventa foram marcados pelo pessimismo em virtude do forte desaquecimento da economia brasileira, aliado à queda de tarifas de importação, num quadro internacional de superofertas de químicos/petroquímicos, o final da década dá-se

em clima de expectativas positivas, decorrentes, principalmente, do projeto *Amazon* da FORD, que acena com a possibilidade de implantação de um complexo automobilístico com capacidade de produção de 150 mil veículos em 2002, chegando a 250 mil em 2004.

Mas entre esses dois extremos é importante resgatar-se a trajetória do comportamento da economia baiana nesses anos noventa para que possamos diagnosticar prováveis ocorrências.

Considerando a dinâmica exógena da economia baiana, já no final dos anos oitenta eram realizados alguns estudos que tinham o objetivo de apontar caminhos na direção de um processo crescente de industrialização na Bahia. Mais uma vez trata-se de uma articulação técnico-política do Governo Estadual frente ao Governo Federal e às empresas privadas, como, por exemplo, na recente duplicação da RLAM, que reduziu as necessidades baianas de nafta.

Haveria ainda uma alternativa que expandiria o segmento químico/petroquímico: a implantação da 3ª geração, quando os produtos sofrem sua última transformação físico-química, tornando-se um bem final para consumo, montagem ou embalagem de outros bens.

Porém, o panorama econômico mundial (crise asiática e russa), e nacional (política macroeconômica de sustentação do Plano Real) acirraram as incertezas no mercado e desestimularam os investimentos.

De acordo com os dados publicados pela Revista Bahia Indústria, de jun/94, da FIEB, já se constatava que o valor das vendas e das exportações globais da indústria baiana vinham declinando substancialmente de 1991 a 1994, incluindo-se aí o setor petroquímico. As estatísticas informavam que apenas as indústrias mecânica, têxtil e de papel e papelão tiveram crescimento de seus faturamentos, e que somente essa última indústria teve aumento no valor de suas exportações no período. Os demais setores apresentaram crescimento negativo nas vendas e nas exportações, inclusive a indústria petroquímica. Também observou-se uma queda acentuada no salário do pessoal empregado na produção, no total do pessoal empregado na indústria, nas horas trabalhadas na produção e na utilização da capacidade instalada.

A partir de 1994, os preços dos produtos petroquímicos melhoraram no mercado internacional, e o setor passa a vender mais por um preço ainda maior, mas esse quadro

de dinâmica, profundamente atrelada a fatores externos, mostrava a necessidade de se priorizar a diversificação econômica. O setor de papel e celulose desponta como forte probabilidade de alavancar boas perspectivas no setor externo e interno.

A implantação do modelo econômico neoliberal minimiza a participação do Estado na economia, seja como investidor ou financiador, seja como formulador de políticas industriais ou políticas regionais, o que agrava a situação de regiões como o Nordeste, que não têm alta capacidade de atração de investimentos.

O passar do tempo trouxe a superação das crises econômico-financeiras, a mudança da política cambial brasileira, a definição de atrativos fiscais e financeiros diferenciados para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e o comportamento agressivo do Governo da Bahia na chamada guerra de incentivos, criou as condições para novos empreendimentos nos setores têxtil, de calçados, eletrônico, de transformação plástica, químico e automobilístico.

Segundo Almeida (2000), o Estado possui áreas com forte capacidade de geração de empregos:

- i. vestuário e calçados;
- ii. alimentação;
- iii. mobiliário e produtos de madeira;
- iv. gráfica;
- v. artesanato;
- vi. indústria automobilística
- vii. setor público (segurança e ensino);
- viii. construção civil;
- ix. serviços de saúde;
- x. serviços de educação; e
- xi. turismo.

Almeida ainda nos alerta para a adoção de uma política menos passiva em relação aos serviços, afirmando que “as combinações de diversas atividades – indústria puxando serviços e serviços puxando indústria – podem assegurar uma base de exportações de

bens e serviços, a melhoria da infra-estrutura, o incremento do bem-estar social e da qualidade de vida, e, *last but not least*, a atração de investimentos”.

6.2 O CEFET-BA E SUA REESTRUTURAÇÃO PARA ADEQUAR-SE À NOVA REALIDADE

Já vimos em capítulo anterior que o CEFET é uma instituição federal de ensino que surgiu há sete anos da transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica, e da incorporação do CENTEC, Centro de Educação Tecnológica da Bahia, contando atualmente com cerca de 5.500 alunos (ensino médio, ensino técnico e ensino superior).

A ETFBA foi criada em 23/09/1909 e atuou 84 anos formando trabalhadores, até sua transformação em CEFET. Já o CENTEC, criado em 1976, nasceu com uma estratégia voltada para o atendimento das necessidades de trabalho principalmente do Pólo Petroquímico de Camaçari. Até sua localização, em Simões Filho, fora, portanto, do perímetro urbano de Salvador, mas próximo a Camaçari, além de buscar a proximidade do Complexo Petroquímico, visava criar condições de expandir a capacidade de levar o ensino tecnológico a outras cidades da Região Metropolitana de Salvador.

Se nos debruçarmos sobre o leque de cursos oferecidos pela IFE com base legal na Lei 5.692, vemos que são cursos fortemente atrelados aos parâmetros da 2ª Revolução Industrial. Nos seus 84 anos de atividade como Escola Técnica, a instituição criou um nome de respeito perante a comunidade de Salvador, pela qualidade do ensino ministrado, mas também porque os seus alunos eram absorvidos pelo mercado de trabalho, oportunizando às classes mais humildes a ascensão à classe média.

Essa realidade, porém, se alterou.

As profundas transformações tecnológicas que se processaram frente à organização industrial, as crises econômico-financeiras, a abertura da economia nacional às importações, dentre outros fatores, produziram impactos já muito conhecidos por nós, e o fato é que o perfil do técnico demandado pelo mercado de trabalho foi bastante modificado.

Para manter-se competitivo, o CEFET vem adotando ações que atendam o dispositivo legal e que também se constituam em bases para a construção de sua identidade institucional.

Administrativamente, um planejamento estratégico traçou um diagnóstico que aponta as deficiências institucionais e aponta direções para um novo perfil, respaldando as decisões de médio e longo prazo.

Encontra-se em discussão um estudo para reestruturação administrativa interna com o objetivo de diminuir os níveis hierárquicos do CEFET-BA, de modo a conferir maior mobilidade às chefias estratégicas.

A Informática tornou-se crucial para a modernização do CEFET ; a IFE vem investindo na compra de computadores e no estabelecimento de uma rede interna de comunicação, oferecendo também serviços como provedor de Internet em duas vertentes: a rede interna é atendida pelo CEFETBA e para atender o mercado externo pode-se dispor do provedor CEFETNET. Todos os departamentos estão conectados *on-line* e *full-time*; isso significa, maior facilidade para a pesquisa na rede mundial de computadores. Todos os alunos e servidores que assim o desejarem, poderão ter acesso a correio eletrônico privado. Laboratórios de informática estão acessíveis aos alunos, onde podem praticar seus conhecimentos na área de informática e eletrônica. Bolsas são concedidas como incentivo a alunos que desejem prestar serviços à Coordenação de Informática, ajudando na manutenção e instalação de *software* e *hardware* nos computadores da Instituição.

Através da Gerência de Atendimento e Orientação ao Aluno – GAOA são concedidas outras bolsas ao aluno carente, que, em contrapartida, prestam serviços à Instituição realizando pequenos serviços administrativos durante 15 horas semanais.

Na área de Recursos Humanos está em curso a implantação de um Programa de Qualidade, cuja ênfase será na valorização do serviço prestado. Concomitantemente, foi realizada uma pesquisa interna entre os servidores, de onde surgiram subsídios para a criação de alguns projetos: o “De bem com a vida” destinado a atender servidores e alunos com problema de dependência química; “Estudo dos Potenciais Humanos” que detectou a real qualificação dos servidores e suas expectativas profissionais, que servirá como referencial para a implantação de cursos e treinamentos.

Ressalte-se que a capacitação vem sendo implementada também e principalmente na área do ensino. O CEFET-BA promove o Mestrado em Pedagogia Profissional, em parceria com o Instituto Superior Pedagógico para o Ensino Técnico e Profissional – ISPETP, de Cuba, cuja turma é composta por cerca de 40 professores . O objetivo é

formar uma “massa crítica” voltada para o repensar institucional, passo importante para a construção da identidade institucional através de um projeto pedagógico, além de melhorar a qualificação do corpo docente.

Afora o mestrado realizado na casa, o CEFET-BA procura enfatizar o prosseguimento dos estudos de seus docentes, autorizando diversos afastamentos para a efetivação de estudos de mestrado e doutorado.

Em parceria com a Faccshollen da Alemanha, o CEFET vem fazendo um intercâmbio, treinando professores dos Departamentos de Mecânica e Eletrônica capacitando-os em tecnologia automotiva.

Ainda no programa de capacitação, docentes vêm sendo treinados em injeção de plásticos e em automação industrial. Convênios vêm sendo firmados com a Fundação CEFET-BA, sindicatos de classes e órgãos governamentais, como a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado.

O CEFET-BA hoje funciona com 9 cursos técnicos baseados na Lei 5692 e Parecer 45, 6 cursos técnicos com base na Lei 9394/96, Resolução CEB nº 4 e Portaria nº 30, de 21/03/2000. Além dos citados no capítulo anterior, estão sendo estruturados os seguintes cursos:

- Bebidas e alimentos
- Tecnologia ambiental, com ênfase em recursos hídricos
- Tecnologia ambiental, com ênfase em controle ambiental na indústria.
- Segurança no trabalho
- Entretenimento e lazer
- Telemática
- Transportes
- Mecatrônica
- Saneamento
- Reformulação dos cursos técnicos de turismo, edificações, geologia e estradas.

Vem sendo desenvolvido um ante-projeto para a construção de um escritório técnico de engenharia e arquitetura, baseado no modelo empresa júnior, onde o aluno estaria

inserido em práticas que desenvolvessem habilidades com situações reais, orientados por professores dos cursos.

Outro projeto é o de criação de um curso de “*Design*” de móveis, com objetivo de atingir o pólo moveleiro, aproveitando a madeira dos eucaliptais existentes na Grande Salvador.

Estas ações vêm sendo financiadas com os recursos oriundos do orçamento destinado pelo Ministério da Educação, através de recursos próprios, como também pelo PROEP – Programa de Expansão e de Melhoria do Ensino Profissionalizante, que utiliza recursos do FAT, MEC e BID, que destinará 500 milhões de reais em 5 anos, a serem repartidos entre as instituições de ensino profissionalizante que reunirem as condições que as tornem elegíveis para o recebimento de tais verbas.

6.2.1 As dificuldades enfrentadas pela Instituição

O CEFET-BA passa por dificuldades para adequar-se às mudanças; além da resistência ao novo, existem dificuldades de ordem conjuntural e estrutural.

1. A política salarial adotada pelo Governo Federal aplicada aos servidores públicos, cujos salários caminham para o sexto ano sem correção, acumulando uma perda de mais de 60%, segundo dados dos sindicatos da categoria.

Com o estabelecimento de carreiras consideradas ligadas aos chamados serviços essenciais do Governo, a discrepância salarial entre os servidores públicos tende a se ampliar, refletindo um tratamento heterogêneo e diverso, considerando que a remuneração, e a existência ou não de benefícios e vantagens, variam não apenas com os cargos exercidos, mas também a esfera de poder (executivo, legislativo, judiciário) ao qual esse cargo está ligado. Assim, um servidor técnico-administrativo de nível médio ligado à área da educação, por exemplo, pode até receber o mesmo valor da remuneração básica de um colega servidor do legislativo ou do judiciário, mas os salários indiretos representados por auxílio-alimentação ou plano de saúde daqueles poderes são bem maiores, o que significa maior poder de compra e melhor qualidade de vida para pessoas que exercem o mesmo cargo e para o mesmo empregador.

2. A estabilidade funcional que, aliada aos baixos salários e à limitada capacidade do plano de cargos e salários vigente, cria condições de que profissionais acomodados

tenham a mesma remuneração que profissionais que se preocupam em investir em sua carreira;

3. A existência de servidores desqualificados e descomprometidos com a Instituição, em cargos diversos, que perpetuam uma cultura negativa para o serviço público;
4. A rigidez e o engessamento da estrutura administrativa, refletindo a centralização do poder decisório em Brasília, provocando parcimônia e lentidão. A destinação de recursos está fortemente condicionada às decisões governamentais e a capacidade de gerar receitas próprias, ainda é limitada. A busca de parceiros por vezes esbarra na legislação inerente às autarquias. O orçamento que é destinado às instituições federais de ensino é calculado com base no número de alunos e na carga horária. Aliás, a questão do acesso aos recursos também tem a sua feição interna considerando não existir uma dotação orçamentária específica para os departamentos.
5. O corporativismo, que, infelizmente, faz parte da realidade institucional. Se, por um lado, uma forte centralização administrativa não permite maior agilidade, por outro existe o mecanismo legal para se corrigir determinadas distorções. Contudo, é muito comum encontrarmos uma cultura corporativista dentro das instituições públicas, fracionando a categoria dos servidores públicos em determinados extratos, chegando até mesmo a assumir uma forma legalizada sob a égide sindical. Levada para o dia-a-dia, esse comportamento assume características negativas quando extrapola a defesa de classe e justifica a omissão e a conivência, com base no discurso do “eu sozinho não posso dar jeito”. A pressão dos grupos é muito forte, mas dissimulada. Tomemos como exemplo o processo de demissão de um funcionário inassíduo. Numa empresa privada ao serem registradas as faltas, imediatamente elas seriam descontadas, e a perpetuação do comportamento geraria uma demissão sumária. No serviço público, caso essas faltas sejam devidamente registradas pela chefia imediata, o setor responsável apura a ocorrência e verifica se as mesmas perfazem o total de 60 dias anuais, interpolados. Se assim for, cria-se uma Comissão de Sindicância, não remunerada, com o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, e composta por servidores da Instituição ocupantes de cargos do mesmo nível, que deverá ouvir o servidor inassíduo e recomendar o estabelecimento de uma Comissão de Inquérito Administrativo, caso seja considerado sem justificativa o comportamento faltoso. Essa Comissão de

Inquérito, composta obedecendo-se às prerrogativas previstas para a criação da Comissão de Sindicância, respeitando o direito de defesa do arrolado, decide ou não pelo reconhecimento da atitude dolosa, recomenda que se aplique o disposto na Lei (demissão), e submete o processo à apreciação e análise do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. No MOG, serão verificados todos os procedimentos adotados, se estão absolutamente dentro da lei específica, e só então será aplicada a demissão por justa causa. Hoje em dia, esses processos estão sendo apreciados mais rapidamente, mas nem sempre foi assim. E mesmo hoje, não se compreende que a demissão de um funcionário improdutivo chegue a levar 6 meses ou mais.

Todo esse quadro gera atitudes de proteção, verdadeiros comportamentos paternalistas, que denigrem a imagem do servidor público que cumpre a sua tarefa.

6. Deficiência do aluno oriundo da rede pública, que impacta na qualidade do ensino profissionalizante ofertado. Se o perfil da clientela é tão heterogêneo, o que fazer para nivelar, sem arriscar a qualidade do curso?
7. A convivência simultânea de 6 tipos de clientes (alunos):
 - aqueles que ainda terminam os cursos amparados pela Lei 5692, ou seja, os antigos cursos técnicos;
 - aqueles que são alunos do ensino médio, constitucionalmente competência dos governos estaduais, mas que foram admitidos a partir de 1998 com autorização do MEC.
 - aqueles que são alunos dos novos cursos técnicos, nos moldes da Lei 9394/96.
 - aqueles que são alunos dos cursos de graduação e tecnólogos;
 - aqueles que são alunos dos cursos estabelecidos por convênios entre o CEFET e outros órgãos ou empresas;
 - e por fim, alunos dos cursos específicos, estruturados para atender a demanda de empresas do Pólo, ou Secretarias de Estado como o SETRAS, por exemplo.

Esse quadro significa uma demanda por soluções que implicam em revisões profundas do perfil institucional, caracterizando um período que, se por um lado deflagra um processo de angústia pelas dificuldades apontadas, por outro revela-se instigante e desafiador.

Até 1997, as estatísticas comprovam que cerca de 2/3 dos alunos que concluíam o 2º grau nas Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica ingressavam nas universidades. Isso porque o investimento que o Governo Federal faz no aluno técnico supera em muito o investimento efetivado pelo governo estadual, permitindo-lhes usufruir uma infra-estrutura melhor organizada. Os reflexos se fazem sentir na hora do adolescente buscar ter acesso a tal ensino tão qualificado. Os exames de seleção chegam a exibir índices de concorrência dignos de cursos disputados da Universidade. Assim, o acesso acaba sendo feito, na maioria, por alunos da rede privada, cujo objetivo é entrar na universidade.

Trata-se de um desvirtuamento da missão de uma escola profissionalizante. Deixa de ser atendido o mercado, como também os jovens com menor possibilidade, que precisam obter uma qualificação técnica com o objetivo de conseguir trabalho.

Com a nova LDB, criou-se as condições para acabar com essa distorção, separando-se a formação geral da formação profissionalizante. Teoricamente, o governo volta a concentrar os recursos destinados ao ensino formal profissionalizante na modernização, manutenção e criação de novos cursos. Por outro lado, a ampliação do número de anos de estudo que o aluno precisará ter para lançar-se no mercado profissional com uma habilitação legal também aumenta, o que significa que se retarda por um período de tempo maior que o anterior o momento desse jovem ingressar nas estatísticas de emprego.

A capacitação, o re-treinamento, é o que se pretende fazer com o quadro de professores ligados à área de formação geral; o desenvolvimento gradativo de novos cursos sugere o aparecimento de demanda por profissionais que, através de cursos de especialização, poderão “migrar” de uma área para a outra. Assim, o professor de educação física tradicional pode tornar-se um profissional que atenderá as necessidades do curso de entretenimento e lazer. Claro que a resistência é uma variável a ser ponderada, principalmente naqueles professores mais antigos.

Todos os anos, a Gerência de Integração Empresa-Escola/Coordenação de Estágios e Egressos, setor encarregado de estabelecer a ponte entre o aluno formado e o mercado de trabalho, realiza uma pesquisa com o intuito de obter informações sobre o desempenho do técnico formado pela Instituição. Essa pesquisa constitui-se em mecanismo para a coleta de dados que detectem as necessidades, tendências e inclinações do mercado. Analisamos as informações dos relatórios de 1994 a 1999 e

observamos uma relativa constância dos dados, com percentuais bastante aproximados, o que sugere um comportamento padronizado. De acordo com esse acompanhamento, os egressos consideram boa a qualidade do ensino ministrado. Contudo, revelam que a Instituição precisa redimensionar procedimentos, considerados fortemente burocráticos, a fim de que se adequar às transformações econômicas deflagradas. Um dos motivos para tal crítica foram as dificuldades que afirmaram sentir por não terem oportunidade de desenvolver estágios variados no seu campo de atuação. Sinalizaram também a necessidade de possuírem maior noção de uma língua estrangeira (inglês, principalmente). Outra crítica referiu-se a melhorias nos equipamentos, adequação do currículo às demandas, capacitação dos professores e maior proximidade do CEFET com empresas.

Outro dado relevante refere-se ao índice de egressos do ensino técnico que estão colocados no mercado de trabalho em 1999:

1. 67% dos alunos que deram retorno aos questionários aplicados (151) estão desempregados; 17% estavam trabalhando na área de formação e 16% estavam trabalhando fora da área de formação.
2. 25% estavam cursando faculdade na mesma área de formação; 32% estavam cursando em outra área e 43% não estavam cursando faculdade.
3. 70% dos pesquisados, fizeram o curso sem trabalhar; 11% trabalhando na área e 19% trabalhando fora da área.

Consultados quanto aos conhecimentos teóricos na área de formação, 12% consideraram regular; 53% consideraram bom; 35% consideraram ótimo.

Em relação às habilidades práticas proporcionadas (laboratórios, oficinas), 24% consideraram fraco; 35% consideraram bom e 41% , ótimo. Ainda quanto às habilidades, questionados quanto ao nível do aproveitamento na empresa das habilidades adquiridas nas aulas práticas, 9% consideraram fraco, 6% consideraram regular, 38% consideraram bom e 47% , ótimo.

A análise desses dados revela uma Instituição com um bom perfil de aceitação pelos seus alunos e egressos. Contudo, o percentual de alunos desempregados é grande. Não podemos esquecer que vivemos uma década de mudanças e que o mercado de trabalho encontra-se em retração, com muitos demandantes por emprego e poucos ofertantes. A questão nesse caso específico, é que se trata de demandantes qualificados. Um índice de

67% dos alunos fora do mercado é um questionador da real qualidade do curso, da verdadeira concatenação deste com o mundo do trabalho. Se analisarmos concomitantemente a informação de que 57% dos alunos fazem faculdade temos um forte indício que o ensino ministrado tomou um rumo diferente do desejado.

Outra forma de comprovarmos essa desvirtuação da atividade precípua de uma escola de ensino profissionalizante é compararmos as estatísticas, fornecidas pela Gerência de Registros Acadêmicos, dos formandos dos cursos técnicos: em 1999, dos 605 alunos matriculados no 4º ano dos cursos técnicos do CEFET-BA, 410 alunos concluíram o 8º período, o que lhes permite serem qualificados como Auxiliares Técnicos e lhes é facultado prestar o exame vestibular. Desses 410 alunos, apenas 174 entregaram relatório de estágio no ano de 1999, independente do ano de conclusão da parte acadêmica, tornando-se técnicos habilitados. O índice de repetência ou de abandono atinge 32,23 pontos percentuais, expressivo o suficiente para que se questione o seu meta-significado. Saliente-se que esse padrão não é novo, vem sendo observado desde a década de 80.

Faz-se necessário acompanhar o desenvolvimento dos alunos dos novos cursos técnicos implantados a fim de se poder traçar uma comparação do real potencial e da capacidade de inserção dos egressos desses cursos no mercado de trabalho. Para tanto será necessário aguardar a formatura das primeiras turmas, o que só começará a se dar a partir do final do ano 2000.

7 CONCLUSÃO

As estruturas sociais se embasam articuladas por uma determinada visão de mundo que organiza de maneira consistente os postulados do conhecimento e da organização humana. Dialeticamente, pode-se afirmar que, intrínseco a cada paradigma, existem elementos que gerarão a sua própria destruição, ou seja, subjacente às características que lhes confere uma determinada forma de intervenção no mundo, existem falhas que engendrarão o surgimento de uma nova visão, um novo paradigma que proporcionará outras formas de organização do conhecimento.

Assim, a 3ª Revolução Industrial, rapidamente difundida através da globalização, é o resultado de transformações advindas das inovações tecnológicas, do incremento de produtividade deflagrado pela revolução tecnológica e da revolução institucional, que surgiram como o resultado dos investimentos realizados durante a 2ª Revolução Industrial.

No mundo do trabalho, o conjunto dessas transformações produziu impactos que se fizeram sentir em mudanças na filosofia organizacional e administrativa, destacando os círculos de controle de qualidade, o “*just-in-time*”, as ilhas de produção. Para o trabalhador, novas relações de trabalho se estabelecem através da terceirização.

A introdução de novas tecnologias no Brasil deu-se num contexto de crise econômica e transição política, acentuando o desemprego, o sub-emprego, e as relações informais de trabalho.

Os impactos da globalização se repercutem mais intensamente naquelas regiões onde já existem falhas estruturais e que, historicamente, têm um desenvolvimento subordinado, o que é o caso do Norte e Nordeste do Brasil.

A economia baiana, no decorrer do século, alavancada pelo Estado, entra na última década do século XX dinamizada pelas atividades ligadas à química, petroquímica, e metalurgia, desvinculando-se da crônica dependência da agricultura (cacaucultura). A forte atuação do Estado no final da década de noventa proporcionou a abertura de um leque de novos investimentos, dos quais o mais celebrado é o Projeto *Amazon*, da FORD, além de novos empreendimentos nos setores têxtil, de calçados, eletrônico, e de transformação plástica.

A retrospectiva histórica da evolução do ensino profissionalizante nos mostra que até 1930 o ensino ofertado era voltado para Letras e Humanidades. O ensino de ofícios, institucionalmente estruturado em 1909, foi idealizado a partir de uma ótica paternalista, para atender os desvalidos da sorte.

Importa perceber, porém, que a partir de 1930, com a ascensão de Vargas e a medida em que a industrialização começa a se impor como necessidade o ensino profissional passa a ser encarado como dever do Estado.

De lá para cá, pode-se elencar várias transformações:

1. Em 1959, a reforma implementada reforça a formação geral, mas distancia ainda mais o perfil do trabalhador oriundo das escolas técnicas e os do SENAI e SENAC.
2. Em 1961, promulga-se a Lei de Diretrizes e Bases, cuja característica principal foi a introdução da equivalência entre os diversos ramos do ensino médio e a legislação sobre cursos de aprendizagem em cooperação com empresas.
3. A partir do Golpe Militar reforça-se o caráter tecnicista da educação, surgindo diversos Centros em vários Estados.
4. Em 1968, o MEC institui o PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, cuja principal consequência foi a ampliação da rede ETF's.
5. Em 1971, o governo promulgou a Lei 5.692, que profissionalizou compulsoriamente o ensino do 2º grau, mas o caráter de compulsoriedade foi retirado posteriormente, em virtude da reação dos educadores.
6. Em 1996, o governo publica oficialmente a Lei 9394/96 de 02/12/96 que estabelece diretrizes e bases da educação nacional. A educação profissional passa a ser ofertada com base no Decreto 2.208, de 17/04/97. A principal mudança introduzida refere-se à separação da educação geral e dos conteúdos da educação profissional, reforçando o caráter eminentemente profissionalizante. Do ponto de vista imediato, isso significa que o acesso a cursos profissionalizantes de nível médio, por exemplo, a partir daquela data, seria facultado apenas àqueles alunos que já houvessem concluído ou estavam por concluir o curso médio (formação geral).

As reações e as críticas à LDB são de ordem diversa, e a imperiosidade econômica de suas alterações, no que tange a formação profissional de nível médio, é objeto da discussão que se impõe nesse trabalho.

O ensino profissionalizante no Brasil é ofertado por instituições de natureza jurídica pública e privada, que vêm a constituir as denominadas estruturas formais e não formais do ensino profissionalizante.

A estrutura não-formal do ensino profissionalizante abrange escolas particulares, mas é dominada pela atuação de instituições vinculadas às frações de classe ligadas à produção: SENAI, SENAC, SENAR, SENAT e SEBRAE. Vinculadas ao mundo do trabalho, essas Instituições investem fortemente na formação dos seus alunos, possuem estruturas administrativas mais modernas e ágeis que as apresentadas pelas instituições que constituem a estrutura formal do ensino profissionalizante, no caso, as EAF, ETF, CEFET e suas respectivas UNED. Em virtude dessa agilidade, conseguem adaptar-se e ter uma reação mais veloz às alterações do mercado, detectando e refletindo com mais rapidez os interesses das empresas. Assim, são competidores diretos das instituições públicas pela clientela formada por essas empresas e pela comunidade em geral.

A estrutura formal está submetida ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico, e é constituída atualmente por 6 (seis) ETF, 45 (quarenta e cinco) EAF e 18 (dezoito) CEFET.

O CEFET-BA é uma instituição com cerca de 5.500 alunos (ensino médio, ensino técnico, ensino superior) e 806 servidores entre professores e técnico-administrativos, voltada prioritariamente para o desenvolvimento do ensino profissionalizante. Além da sede, em Salvador, também leva o ensino profissional ao interior, através das Unidades Descentralizadas, formando profissionais em cursos adequados às demandas locais.

Como toda Instituição Federal, o CEFET também passa por dificuldades, quais sejam: a política de controle de gastos por parte do Governo Federal, que arrocha salários e corta verbas do orçamento; estabilidade funcional; falta de qualificação do funcionalismo; rigidez e o engessamento da estrutura administrativa; corporativismo; necessidade de investimento pesado em capacitação e treinamento; a heterogeneidade e diversidade da clientela.

A análise dos dados constantes dos relatórios, que são feitos anualmente pela Gerência de Integração Empresa-Escola-Coordenação de Estágios e Egressos, nos últimos 5 anos, reflete uma constância que permite utilizar o ano de 1999 para exemplificar o perfil do aluno egresso do ensino técnico do CEFET, observando que 33% deles conseguiram trabalho, dos quais apenas 17% na sua área de formação, e que 67% desses egressos estavam desempregados. 70% fizeram o curso sem trabalhar, 11% trabalhando na área e 19% trabalhando fora da área. 25% estavam cursando faculdade na mesma área de formação; 32% estavam cursando em outra área e 43% não estavam cursando faculdade, portanto, o número de egressos que se encontram fazendo um curso superior é de 57%.

Ressalte-se ainda que, conforme estatísticas da Gerência de Registros Acadêmicos para o mesmo período, perpetua-se na Instituição a ocorrência de que apenas cerca de 40% dos seus alunos efetivamente tornam-se técnicos habilitados. 60% desses alunos, então, concluem a sua formação profissional apenas visando a possibilidade de prestar o exame vestibular, o que se torna possível a partir do encerramento do 8º período, quando se tornam Auxiliares Técnicos. Esses dados ficam bastante próximos da estatística nacional, de 1997, que revela que 2/3 dos alunos das Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica que concluíam o 2º grau ingressavam nas Universidades.

Independentemente desse perfil comparativo, verifica-se que a mudança do paradigma produtivo a partir dos anos oitenta, impeliu a sociedade na direção de um conjunto de reformas, idealizadas a partir do arcabouço neoliberal, introduzindo um repensar simultâneo, que muitas vezes assumiu um caráter de inexorabilidade, induzindo as pessoas a crerem não apenas na sua necessidade, mas principalmente na sua compulsoriedade, como panacéia para a cura de todos os males.

Ao se estudar a conjuntura sócio-econômica, sabe-se que não existe um receituário básico para sanarmos os males sociais. A solução de problemas sociais extrapola a aplicação *ipsi literis* do receituário de qualquer ideologia. Não se pode pensar num mundo estanque, compartimentado, onde as ciências estejam desarticuladas e desvinculadas do contato com o mundo real.

A discussão quanto ao caráter economicista das leis que articularam desde 1930 a oferta do ensino profissionalizante sempre agitou o círculo de profissionais ligados à área. Importa perceber, porém, que não podemos construir um modelo educacional

desvirtuado do mundo do trabalho, como também não podemos abrir mão de uma educação que privilegie a nossa realidade social, concatenada com as nossas efetivas necessidades.

Diante da imensa pobreza de boa parte de nossa população, não podemos nos tornar insensíveis às perspectivas de melhoria de vida e ascensão social que significa para muitas famílias de que os seus filhos obtenham uma habilitação profissional, que efetive a ocupação de um posto de trabalho, num mundo onde as oportunidades estão cada vez mais restritas a um conjunto de competências e habilidades específicas. A demanda por técnicos qualificados existe e precisa ser atendida, nada mais coerente que a adequação a essa demanda.

A educação no Brasil é responsabilidade das Prefeituras Municipais, no que tange ao ensino fundamental; do Governo Estadual, no que se refere ao ensino médio, cabendo ao Governo Federal a oferta de ensino superior. A tentativa de se corrigir distorções sociais e a atuação do Estado como direcionador dos caminhos econômicos, imprimiu a cultura de que esse Estado deve ser o principal fornecedor de serviços de educação e saúde, de forma a garantir o acesso da população como um todo.

Ao atuar na oferta do ensino médio profissionalizante, o Governo Federal ingeriu-se numa esfera de competência estadual, o que vem a reforçar as correntes adeptas do Estado mínimo da necessidade de transferência dessa estrutura, ou de que se “publicize” a oferta desse ensino. A discussão que se impõe, porém, é de que, em virtude da crise econômica e do endividamento os Estados não têm condições de assumirem esses custos. Aqueles que são contra a retirada do governo federal, além do exposto, alegam a baixa qualidade do ensino médio ministrado nas escolas públicas estaduais. Importa perceber, porém, que não podemos justificar a manutenção de dinheiro público sustentando um ensino que por mais excelência que demonstre, foge à sua essência precípua, criando assim uma categoria de privilegiados. A solução, *a priori*, deve partir da cobrança de que todos exerçam as suas atribuições imbuídos dos princípios de qualidade que norteiam as boas Instituições de ensino público.

A Lei 9394/96 introduziu o arcabouço legal necessário à construção de um novo perfil para o ensino profissionalizante, facultando às Instituições buscarem em suas comunidades a construção de um projeto pedagógico que lhes permita interagir mais fortemente com a sociedade, cumprindo o seu papel de formador profissional e de agente de transformação. Cabe salientar porém, que o fundamento teórico desse

trabalho sedimenta-se na ciência econômica, o que, portanto, não nos habilita a estabelecer juízo de valor quanto aos impactos pedagógicos porventura produzidos pela Lei.

A mudança, para quem se vê no olho do furacão, parece trágica. A História nos mostra isso. Mas, como disse Eleanor Roosevelt, “uma geração constrói o caminho pelo qual a outra deverá trilhar”. Isso significa responsabilidade social. O mais importante não é apenas implementar mudanças numa corrida desesperada pelo “novo”, mas ter a coragem de buscar desenvolver potencialidades, elevando o espírito crítico a fim de que possamos estar constantemente avaliando as nossas superestruturas, tão importantes para que construamos uma identidade sociológica que nos permita não somente aprender, e sim, apreender. No dia em que, finalmente, cada cidadão desse país tiver garantido legal e efetivamente o seu direito a ser tudo aquilo que tiver forças para ser, sem esbarrar na hipocrisia que separa o Estado que pensa do Estado que executa, muito provavelmente teremos uma Nação menos preocupada em garantir pequenos ganhos pessoais e mais preparada para receber com menos desconfiança as mudanças, que, já diz o senso comum, fazem parte da arte de viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFORADO, Fernando. **Globalização e Evolução Econômica, Política e Social do Brasil (Textos Selecionados)**. Salvador: CEFET-BA, maio. 1997. p. 2-24.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. Mudanças nos Métodos de Ensino diante das Novas Tecnologias. **Bahia, Análise & Dados**. Salvador, v. 9, n. 1, p. 44-50, jul. 1999.
- ALMEIDA, Paulo Henrique de. Passado e Futuro dos Serviços: O Caso da RMS. **Bahia, Análise & Dados**. Salvador, v. 10, n. 1, p. 68-86, jul. 2000.
- AMADO, Gildásio. **Educação Média e Fundamental**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p.69.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Relação entre Rendimentos e Qualificação: Explorando os dados da PED/RMS. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 28, n. especial, p. 363-378, jul.1997.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Entrevista. **Bahia, Análise & Dados**. Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 9-19, dez.1998.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. **Bahia, Análise & Dados**. Salvador, v. 10, n. 1, p. 49-67, jul. 2000.
- BARRAL, Antonio Barreto. Perspectiva do Ensino Tecnológico: a Experiência no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. **BAHIA, Análise & Dados – Educação**. Salvador, v. 4, n. 4, p. 39-43, mar.1995.
- BOYER, Robert. Dois Desafios para o Século XXI: Disciplinar as Finanças e Organizar a Internacionalização. **Nexos Econômicos**, Salvador, v.1, n. 2, p. 9-28, dez.1999.
- BRASIL.Lei de Diretrizes e Bases. Diário Oficial da União, Seção 2, Brasília, , 20.dez.1996.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil – Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1998. 238 p.
- CEFET-BA. Disponível em: <http://www.cefetba.br>. Acesso em 15.jun.1998.
- CEFET receberá R\$ 2 milhões do BID para enfrentar a crise. Gazeta Mercantil - Gazeta da Bahia, jan. 1999.

- CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 321 p.
- DELUIZ, N. Mudanças no conteúdo do trabalho no setor terciário: implicações para a educação. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n.2, p.12, maio/ago. 1993.
- DISTRIBUIÇÃO de recursos vai depender do maior comprometimento das escolas em implementar a reforma. *Folha Federal*, Aracaju, p.3, jun.1997.
- EATWELL, John. Desemprego em escala mundial. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.6, p. 25 a 43, jun. 1996.
- EDUCAÇÃO une governo e sociedade. A Tarde, Salvador. Fixa. Online. Disponível: em <http://www.atarde.com.br>. Acesso em 23.set.1999.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. p. 253-254.
- FLEURY, Afonso. Análise a nível da empresa da automação da Produção e do Trabalho. In: Soares, Rosa M. (Org.). **Gestão da Empresa: Automação e Competitividade; novos padrões de organização e de relações de trabalho**. Brasília: IPEA/IPLAN. p. 99-112, 1995.
- FOGAÇA, Azuete. Educação Tecnológica e Formação Profissional. **Bahia, Análise & Dados**. Salvador, v. 4, n. 4, p. 23-38, mar.1995.
- GÓES FILHO, Edelvino. **Tópicos sobre Reestruturação Produtiva – Leitura Crítica**. Salvador: FCE-UFBA, 1994.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina (Coord). **Modernização Tecnológica e Formação Técnico-Profissional no Brasil: Impasses e Desafios**. IPEA, mar.1993, 70 p.
- LEITE, Handerson Jorge Dourado. Requalificação profissional e empregabilidade. Gazeta da Bahia, p.2, 29.jan.99.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. **Educação e Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Editora Autores Associados, 1982. 206 p.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. Entrevista. Correio do SENAC, Rio de Janeiro, v. 43, n. 584, abr 1993.
- MAGNOLI, Demétrio. **Globalização: Estado Nacional e Espaço Mundial**. São Paulo: Moderna, 1997. 95 p. (Col. Polêmica).

MEDEIROS, Marluce. **Expansão Capitalista e Ensino Industrial**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1987. 176 p. (Col. Albano Franco, 11).

O MÉRITO é tudo. **Veja** 04 jun.97. Disponível em <http://www2.uol.com.br/veja>. Acesso em 15 jun.98.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fixa. Online. Disponível em <http://www.mtb.gov.br>. Acesso em 17 abr.1999.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Fixa. Online. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 17 abr.1999.

NAVEGANDO num mar de profissões. **Veja** 20.ago.1997. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/veja>. Acesso em 15 jun.1998.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 155-160.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v.2, p. 28.

PEDRÃO, Fernando. **Conceito e Características do Subdesenvolvimento**. Salvador: UFBA, 1959. cap. 2.

PREDE. *Programa Regional de Desarrollo Educativo*. Disponível em: <http://www.oas.org>. Acesso em 21.set.1998.

PUHL, Antonio et al.. **Estudos Regionais sobre Demanda de Técnicos de Nível Médio**: Uma Abordagem Qualitativa – 2ª Etapa. Rio de Janeiro: INEP/UFF/Faculdade de Educação, 1985. 21 p.

REPETÊNCIA domina 1º grau. A Tarde, Salvador, 17 mar.1998.. Disponível em <http://www.atarde.com.br>. Acesso em 22 mar.1998.

SÁ, Lídia Pinheiro de Araújo. Implicações na Definição de uma Política de Educação do Trabalhador. **As Instituições de Educação Tecnológica e a Educação do Trabalhador**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1994. p. 11 a 15.

SEBRAE. Disponível em <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em 28.mai.1999.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. **Anais...** Rio de Janeiro, 1991. 190 p.

SENAC. Disponível na Internet em <http://www.senac-nacional.br>. 28.mai.1999.

SENAI. Disponível na Internet em <http://www.ciet.senai.br>. 28.mai.1999.

SENAR. Disponível na Internet em <http://www.senar-rural.com.br>. 28.mai.1999.

SENAT. Disponível na Internet em <http://www.senat.com.br>. 28.mai.1999.

SOUZA, Mauro Wilton de. **A função social do ensino técnico industrial de 2º grau:** estudo sobre a condição de egressos de escolas técnicas em relação à educação e ao trabalho. São Paulo: INEP/CENAFOR, nov 1985. 46 p.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia, Análise & Dados**. Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

THOMAZ, Sueli Barbosa. **Impasses e Perspectivas no Ensino do 2º grau:** o caso concreto do Colégio Estadual Henrique Laje. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. 158 p. (Col. Albano Franco,19).

TRABALHO e Reestruturação Produtiva – Dez anos de linha de produção. São Paulo: DIEESE, 1994. 150 p.